

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL - PLAGEDER**

CLÉCIO LUDWIG

**Orientação financeira: Percepção dos associados da Cooperativa Cresol
Tiradentes do Sul.**

TRÊS PASSOS

2013

CLÉCIO LUDWIG

**Orientação financeira: Percepção dos associados da Cooperativa Cresol
Tiradentes do Sul.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Coorientadora: Tutora Ariane Fernandes da Conceição

TRÊS PASSOS

2013

CLÉCIO LUDWIG

**Orientação financeira: Percepção dos associados da Cooperativa Cresol
Tiradentes do Sul.**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural –
PLAGEDER, da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como
requisito parcial para obtenção do título
de Tecnólogo em Desenvolvimento
Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
UFRGS

Alessandra Matte
PGDR/UFRGS

Porto Alegre – RS, 05 de agosto de 2013.

“Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos”.

(Padre Amstad)

Dedico...

...A Renato e Dali Ludwig, associados da
Cresol, cooperativistas, agricultores
familiares, camponeses, a aqueles que
trabalham com solidariedade para o
desenvolvimento da humanidade. A minha
família e a todos que fazem parte deste
contexto.

AGRADECIMENTOS

Um longo período passou e finalmente chego ao final do curso. Desde o dia do vestibular, muitas horas foram empregadas para a realização de todas as disciplinas com suas exigentes tarefas, trabalhos, viagens de estudos, estágios, e a participação em dois Salões de Ensino que me oportunizaram conhecer o mundo acadêmico da UFRGS. Conheci novas pessoas, amizades, colegas e profissionais.

A todos que de alguma forma me apoiaram neste período, eu deixo os meus agradecimentos.

Em especial aos meus pais Renato e Dali Ludwig, a minhas irmãs Claudete e Cleonice e a minha namorada Marlisete, pela compreensão dos compromissos e incentivos pela busca do conhecimento.

A todos os agricultores familiares que visitei e me receberam de portas abertas durante as pesquisas de estudos oportunizando o aprendizado a campo, em especial a família de Ademar Borger, Jair Paulo Mayer, João Darci Reis, Ademio Manske, Alseno Jose Kaufmann, Egon Konig e as sócias da Agroindústria de Panificação de Esquina Limeira Leila Schneider, Lili Konig, Celiria Hermes e Nadir Corente.

A UFRGS pela disponibilização do curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER.

A Equipe do PLAGEDER, professores, tutores e demais colaboradores. Em especial nesta última tarefa ao professor Marcelo e auxiliar Ariane pela orientação, construção do conhecimento e pelas diversas ajudas no TCC. Muito obrigado.

Ao polo UAB de Três Passos, Janete, Leidiane, Fabinho e todos os demais colaboradores pelos conselhos, orientações e incentivos.

A Cresol Tiradentes do Sul, direção e colaboradores.

As instituições de Tiradentes do Sul que me receberam para as conversas sobre os temas do curso.

Aos colegas de trabalho que compreenderam e preencheram com os seus trabalhos a minha ausência nos dias de falta devido ao curso.

Aos colegas do curso, dos trabalhos, das jantãs, dos estudos, das trocas de conhecimento e dos debates.

Em fim, a todos que de alguma forma me auxiliaram e apoiaram para alcançar o sonhado Diploma de Curso Superior. Muito Obrigado.

RESUMO

A educação e orientação financeira é uma das missões das cooperativas de crédito do sistema Cresol Central SC/RS, e busca proporcionar aos associados à troca de conhecimentos entre o orientador e o agricultor familiar para desenvolver a produção agropecuária e financeira dos mesmos. São apresentados neste trabalho as percepções dos associados em relação à orientação financeira da Cresol Tiradentes do Sul, analisando esta na produção agropecuária, assim como os processos e situações vivenciados pelos sócios, identificando se a orientação financeira disponibilizada pela Cresol interfere no sucesso financeiro e produtivo dos associados. Diante disso, são realizadas revisões bibliográficas para o embasamento do trabalho e entrevistas semi-estruturadas aos associados da Cresol no município de Tiradentes do Sul – RS. A orientação financeira acontece no balcão de atendimento e nas propriedades dos associados com a utilização de simples cálculos ou projetos mais complexos, conforme a necessidade. Esta orientação disponibilizada ainda possui deficiências, porém onde ela acontece, auxilia no sucesso financeiro e produtivo dos associados.

Palavras-Chave: Orientação financeira; Cooperativismo; Agricultura familiar.

ABSTRACT

The financial and guidance education is one of the missions of the credit collective system Cresol Central SC / RS, and seeks to provide at associated with the exchange of knowledge between the counselor and family farmers to develop agricultural production and financial condition. Are presented in this study the perceptions of members in relation to financial guidance of Cresol Tiradentes do Sul, analyzing this in agricultural production, as well as processes and situations experienced by partners, identifying the financial guidance provided by Cresol interferes in financial success and productive of associates with it. Thus literature reviews are conducted for the foundation's the work and semi-structured interviews to members of Cresol in the city of Tiradentes do Sul - RS. The **financial guidance** happens at the counter of the answer associated with the use of simple calculations or more complex projects, as needed. This guidance provided deficiencies, however where it happens, assists in financial success and productive associates.

Keywords: Finacial Guidance; Cooperatives; Family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de atuação Cresol Central SC/RS.....	34
Figura 2: Porta a direita com acesso sala cedida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	36
Figura 3: Espaço alugado de 90 m ² , na Av. Tiradentes, 1106.....	37
Figura 4: Figura 4: Atual instalação da Cresol Tiradentes do Sul.....	38
Figura 5: Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Celeiro.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Evolução do número de cooperativas e associados do Sistema OCB de 2001 a 2011.....	26
Gráfico 2: Idade dos associados do grupo A.....	48
Gráfico 3: Idade dos associados do grupo B.....	48
Gráfico 4: Idade dos associados do grupo C.....	49
Gráfico 5: Nível de instrução grupo A.....	50
Gráfico 6: Nível de instrução grupo B.....	51
Gráfico 7: Nível de instrução grupo C.....	51
Gráfico 8: Tempo de associação grupo A.....	52
Gráfico 9: Tempo de associação do grupo B.....	53
Gráfico 10: Tempo de associação grupo C.....	53
Gráfico 11: Compreensão dos associados em relação aos conceitos.....	55
Gráfico 12: Tratamento dos associados na Cresol, relação da orientação auxilia nas atividades agropecuárias.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População do município de Tiradentes do Sul – RS, faixa etária por sexo....	45
Quadro 2: PIB, PIB per capita e Valor Agregado Bruto de setores do município de Tiradentes do Sul –RS (R\$).....	45

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário pesquisa quanti-qualitativa.....	70
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	144
1 – REFERENCIAL TEÓRICO	177
1.1 - AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL, ORIENTAÇÃO FINANCEIRA	177
1.2 RECIPROCIDADE	222
1.3 - COOPERATIVISMO	233
1.3.1 - COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	266
1.3.2 - COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO	299
1.3.3 - A CRESOL CENTRAL SC/RS	333
1.4 – A CRESOL TIRADENTES DO SUL	355
2 – REGIÃO DO ESTUDO.	40
2.1 - HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO	40
2.2 – MUNICÍPIO DO ESTUDO	433
3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	477
3.1 - CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS	477
3.2 - O ASSOCIADO E A CRESOL, CAPACIDADE DE COMPREENSÃO	544
3.3 - PERCEPÇÕES DOS ASSOCIADOS SOBRE A ORIENTAÇÃO FINANCEIRA E O ATENDIMENTO DA CRESOL	588
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	644

INTRODUÇÃO

A orientação financeira na produção agropecuária é um instrumento de agregação de conhecimento para o produtor rural, esta deve estar voltada para o aumento da produção agropecuária em uma atividade viável economicamente, gerando renda, qualidade de vida e maiores condições de permanência dos agricultores no campo.

A orientação financeira busca proporcionar ao produtor rural esclarecimentos e possíveis investimentos na atividade agropecuária, dando oportunidade de troca de ideias entre agricultor e orientador, dessa forma, sendo parte importante no processo de desenvolvimento rural vindo ao encontro da assistência técnica e extensão rural (Ater).

A Cresol Tiradentes do Sul é uma cooperativa de crédito rural com interação solidária integrada ao Sistema Cresol Central SC/RS, cuja missão é fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativas através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

Tal cooperativa possui um quadro de associados formados por agricultores familiares ou por aqueles que possuem algum vínculo com a agricultura familiar. Sendo assim, ela procura trabalhar com pessoas no intuito de facilitar a liberação de recursos financeiros para auxiliar nas atividades agropecuárias, buscando através da orientação financeira prestada pelos colaboradores (funcionários) a aplicação dos recursos em atividades que sejam de baixo risco, com mercado estável, incentivando a diversificação da produção agrícola, que garantem maior eficiência de produção e um retorno financeiro ao associado.

O trabalho teve como objetivo principal caracterizar os associados em relação à orientação financeira da Cresol Tiradentes do Sul. Procurou-se através dos objetivos específicos analisar a orientação financeira na produção agropecuária no município de Tiradentes do Sul – RS, assim como, as situações e os processos vivenciados pelos associados da Cresol quanto à orientação financeira e verificar se as orientações financeiras disponibilizadas pela cooperativa interferem no sucesso financeiro e produtivo dos associados.

Dessa maneira, o problema de pesquisa que norteia o presente trabalho está em identificar de que forma a orientação financeira, oferecida pela Cresol, interferiu no sucesso financeiro de seus associados, auxiliando-os na melhoria da produção agropecuária para o desenvolvimento rural.

A pesquisa foi realizada em uma cooperativa que possui diferentes realidades sociais e econômicas entre os associados, dessa forma a abordagem da pesquisa será qualitativa e quantitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Podendo ser imprevisível o desenvolvimento da pesquisa. Enquanto a abordagem quantitativa busca apresentar em números os resultados obtidos, onde neste trabalho os resultados das entrevistas semi-estruturadas foram através de gráficos.

Com natureza de pesquisa aplicada que segundo Silveira e Córdova (2009, p. 35), “envolve verdades e interesses locais”. O trabalho foi realizado no município de Tiradentes do Sul que fica localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul a partir da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tiradentes do Sul - Cresol Tiradentes do Sul.

Dessa forma, foi feito levantamento de dados em órgãos como Prefeitura Municipal, EMATER/Ascar, Sindicato da Agricultura Familiar, Cooperativas, e fontes de dados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação de Economia e Estatística –FEE sobre as características do meio físico e socioeconômicos da região e peculiaridades do município onde foi feito a pesquisa.

Para aprofundar os estudos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um grupo de associados da Cresol Tiradentes do Sul selecionados através de solicitação de relatórios junto a cooperativa conforme o seu grau de reciprocidade com a mesma.

Estes, foram divididos em três grupos distintos sendo o grupo A, formado por aqueles que possuem maior grau de reciprocidade; o grupo B, formado por associados com médio grau de reciprocidade; e grupo C, formado por associados com pouco grau de reciprocidade.

O objetivo da realização da pesquisa é exploratório com levantamento bibliográfico e entrevistas a pessoas. Onde segundo Silveira e Córdova (2009, p. 35), este tipo de pesquisa “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista de torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A revisão bibliográfica foi realizada através de pesquisas em livros, revistas e paginas de web sites. As entrevistas aos associados foram feitas através de um questionário semi-estruturado a campo, com questões voltadas a característica do associado, unidade de produção, cooperativismo, Cresol, orientação financeira e produção agropecuária.

1 – REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta conceitos que contextualizam e dão embasamento ao trabalho, onde no primeiro subitem serão apresentadas as principais compreensões sobre a agricultura familiar e o papel desta nos setores econômicos do país, levando em consideração o desenvolvimento rural em um contexto geral, tendo como contra ponto a orientação financeira.

Em um segundo tópico, tratar-se-á sobre a reciprocidade tendo como base a solidariedade entre atores sociais ligados à Cresol, este tema proporcionará a separação dos associados nas entrevistas realizadas.

Posteriormente, será tratado o surgimento do cooperativismo e as suas principais definições através dos conceitos de pesquisadores, elaborando um breve histórico do cooperativismo de crédito no Brasil e suas principais características.

Em seguida são apresentados os principais conceitos de cooperativismo de crédito solidário e na continuidade é apresentado o sistema Cresol, o surgimento da Cresol Central SC/RS, e por fim, é a Cresol Tiradentes do Sul deste a sua origem até a atualidade.

1.1 - AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL, ORIENTAÇÃO FINANCEIRA

A agricultura familiar vem se mostrando cada vez mais importante. Segundo o Portal Brasil (2011) a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil.

Além de produzirem grande parte dos alimentos consumidos no país, a agricultura familiar utiliza sistemas que possuem métodos tradicionais de produção, havendo assim uma diversificação e maior qualidade naquilo que produzem.

Para Wanderley (1996, p. 2), “a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Segundo a Guanziroli e Cardim (2000) pode-se definir a agricultura familiar a partir de três características:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence a família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

As atividades desenvolvidas na agricultura familiar envolvem contextos de uma sociedade que envolve as famílias agricultoras, sendo elas responsáveis por toda a elaboração das mais diferentes atividades econômicas e produtivas.

Para Schneider (2003, p. 29), “a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva”.

Além disso, ela faz parte do projeto de desenvolvimento do governo onde são elaboradas políticas públicas geradoras de trabalho e renda. Segundo a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhece-se esse setor como categoria produtiva e conceitua a agricultura familiar nos seguintes critérios.

Não deter área maior que quatro módulos fiscais (unidade padrão para todo o território brasileiro). Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento. Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família (LEI N° 11.326/2006).

Dessa forma, a agricultura familiar é reconhecida pelo estado que desenvolve programas voltados ao público específico conforme determina a lei, podendo assim auxiliar na manutenção desta parcela da sociedade.

Neste sentido, para Pies (2006, p. 108), “a agricultura de base familiar tem sido para muitos trabalhadores a principal atividade geradora de trabalho, renda, alimentos e dignidade”. Para Cecconello (2006, p. 23),

“por longos anos a agricultura familiar produzia basicamente para a subsistência, comercializando o excedente para comprar produtos e mantimentos que não se produziam na roça. Esse quadro mudou completamente e hoje a agricultura familiar esta absolutamente inserida na lógica de mercado, as vezes inclusive cometendo excessos, como é o caso da produção somente para comercialização, entrando num ciclo de dependência, do qual precisa comprar produtos básicos para subsistência familiar, como é o caso de frutas, verduras, feijão, carnes e outros produtos”.

Por longas décadas os agricultores familiares sofreram com o modelo desenvolvimentista de crescimento da produção no meio rural, deixando de lado o desenvolvimento em um contexto geral.

Até meados dos anos 1970, o desenvolvimento era sempre identificado apenas com progresso material. Para alguns autores, o enriquecimento levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, a relação parecia mais complexa, pois o jogo político intervinha, fazendo com que o crescimento tomasse rumos diferenciados, com efeitos heterogêneos na estrutura social. Mas todos ainda viam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, S/D).

Muitas pessoas e ate quase comunidades inteiras deixaram o interior dos estados migrando para grandes centros urbanos em busca de emprego nas industrias, incluindo a região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul neste parâmetros.

Para Menegetti (s/d) “a visão de progresso como sinônimo de crescimento, considerava que se as nações mais pobres conseguissem crescer, automaticamente, toda a população do país se beneficiaria deste progresso, deste crescimento”.

Após a segunda guerra mundial inicia-se o debate do desenvolvimento econômico.

“Esse período, conhecido como desenvolvimentista, foi marcado pela ênfase crescente dada aos conceitos de “modernidade” e “progresso, que em grande medida, passaram a nortear o debate acadêmico, criando efetivamente, não só na Economia, mas em vários ramos das Ciências Sociais, uma “teoria do desenvolvimento”” (BONENTE e CORRÊA, 2009, p. 41).

No meio rural brasileiro o modelo de desenvolvimento implantado buscava o aumento da produção com o uso de tecnologias e avanço das fronteiras agrícolas. O desenvolvimento, ao contrário do crescimento que alavanca um indivíduo ou um setor específico, promove melhores condições a todos. Dessa forma para Conterato e Fillipi (2009, p. 11), “o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana”.

Segundo Conterato e Fillipi (2009) o desenvolvimento pode utilizar adjetivos que o qualifiquem com significados como o desenvolvimento humano, desenvolvimento social desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural.

Para Schneider (2008), a emergência do desenvolvimento rural brasileiro está atrelado a três fatores:

A trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira; o resultado da crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se dá, tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas a reforma agrária, segurança alimentar, entre outros; e as mudanças no âmbito político e ideológico e o quarto e último fator importante que vem contribuindo nas discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil esta relacionada ao tema da sustentabilidade ambiental.

A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (NAVARRO, 2001).

Para Kageyama (2005, p. 7), “o desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos de apoio, portanto é também um desenvolvimento multissetorial”.

O desenvolvimento rural é muito amplo e é preciso analisar um conjunto de indicadores, Segundo Kageyama (2005, p. 8) o Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE de 1991 estabeleceu três etapas para a geração de indicadores do desenvolvimento rural.

Primeiro, estabelece um esquema territorial para a coleta de dados em nível subnacional nos diversos países-membros, que permitiu classificar as regiões em três tipos (predominantemente rurais, predominantemente urbanizadas e significativamente rurais). O indicador básico que define as unidades territoriais rurais e urbanas e permite classificar as regiões é a densidade populacional. Em seguida, é definido um conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais. Finalmente, são produzidos as séries estatísticas que permitem comparar e analisar as tendências do desenvolvimento rural. (OCDE, 1996, apud KAGEYAMA, 2005, p. 8).

O desenvolvimento com a preocupação da sustentabilidade dos sistemas econômico, social e ambiental, dá origem àquilo que passou a se denominar de desenvolvimento sustentável (MENEGETI, S/D).

O cooperativismo vem sendo um modelo utilizado para auxiliar e promover melhores condições da sociedade no meio rural, estando presente na sua maioria em locais estratégicos e com o objetivo do desenvolvimento sustentável.

O objetivo do estudo em questão, a cooperativa Cresol de Tiradentes do Sul é constituída por agricultores familiares ou por aqueles que possuem algum vínculo com a agricultura familiar. Ela está inserida na produção agropecuária da agricultura familiar, buscando desenvolver trabalhos voltados para o atendimento específico dos associados familiares nas suas mais diversas necessidades.

Os trabalhos desenvolvidos pela Cresol buscam melhorar a vida dos associados através de uma orientação financeira que estabeleça um vínculo de confiança entre o colaborador que presta a orientação e o associado agricultor familiar, tentando, através da troca de experiências com os mesmos, suprir as necessidades dos associados.

“Deve-se adotar, necessariamente, metodologias participativas que ajudem a democratizar a relação entre extensionistas e agricultores. Ao contrário dos métodos que geram dependência e alienação, deverão ser adotados metodologias que possam contribuir para o “empoderamento” dos atores sociais. Estas formas de intervenção devem favorecer os estabelecimentos de plataformas de negociação entre técnicos e agricultores que permitem a construção de saberes novos e mais compatíveis com a vida real das populações envolvidas. Estes novos saberes, na prática cotidiana, poderiam ser aqueles conhecimentos sobre a realidade social, ambiental, econômica, cultural e política, onde os agricultores e técnicos buscam o “desenvolvimento”” (CAPORAL, 2005, p. 2).

Segundo Egon Konig, a orientação financeira é aquela onde o associado e o colaborador planeja a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis para desenvolver a diversidade na produção, a sociedade, a cooperativa, sem prejudicar o meio ambiente, e que garanta um retorno financeiro ao associado.

Dessa forma, o relacionamento de extensão rural na orientação financeira elaborada por profissionais que possuem vínculo com o agricultor familiar, deve ter em mente o que realmente leva ao desenvolvimento, tanto do lado do agricultor familiar como do orientador que presta a assistência técnica ou financeira.

1.2 RECIPROCIDADE

A reciprocidade dos associados com a Cresol é definida pelo grau de comprometimento do associado com a cooperativa, e ocorre através das movimentações financeiras realizadas.

Reciprocidade segundo Sabourin (2011, p. 10), “é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou mutualidade”. Do ponto de vista antropológico conforme o mesmo autor “o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca” (SABOURIN, 2011, p. 10).

Na agricultura familiar, a cultura de troca está presente nas comunidades e ocorre às vezes por necessidade, mas também pela vontade que cada família possui em ajudar uns aos outros, podendo ser através da troca de força de trabalho, de sementes, mudas para o plantio, alimentos, etc.

“No caso da sua articulação com os mercados, a agricultura familiar e camponesa associa relações de reciprocidade e relações de troca” (SABOURIN, 2011, p. 13). Ainda as pesquisas do autor “consideram a aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, mais particularmente no âmbito das comunidades rurais e da agricultura familiar onde as relações de reciprocidade e de troca coexistem” (SABOURIN, 2011, p 14).

Para Radomski (2006, p. 42) “a reciprocidade, as relações sociais e familiares vêm a ser instituições capazes de regular a economia local e fornecer externalidades positivas para os mercados, como a confiança entre os atores sociais de uma região”.

No cooperativismo de crédito as movimentações financeiras ocorrem com maior intensidade na comunidade onde ela esta presente, fazendo com que a economia circule no comércio local, vinculando o associado e as demais instituições.

“A reciprocidade pode sedimentar as relações sociais, pois vincula os sujeitos por meio de suas condutas (isto é, das obrigações morais e da liberdade do agir recíproco) e da carga simbólica que contém o dar e o retribuir” (RADOMSKY e SCHNEIDER, 2007, p. 255).

Ainda para Radomski e Schneider (2007, p. 262) “o que os raros estudos sobre reciprocidade e sua vinculação ao tema do desenvolvimento tentam mostrar é que existe uma externalidade positiva quando a intensidade dos laços sociais de proximidade auxilia na promoção de sinergias locais entre os atores sociais”.

No cooperativismo, existe o grau de reciprocidade que o associado possui com a sua cooperativa, é através do comprometimento que existe entre o associado e a cooperativa que os atores formam laços de proximidade.

1.3 - COOPERATIVISMO

A cooperação está presente no ser humano desde os primórdios, e pode ser expressa em uma simples caçada conjunta a animais para o consumo coletivo ou a organização conjunta de batalhas entre grupos rivais. Porém, daquele sistema rudimentar até os dias de hoje, o cooperativismo passou por transformações, até o atual formato dentro das necessidades da população.

A Inglaterra é conhecida como o berço do Cooperativismo, pois lá acredita-se ser onde a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo, através da junção de 28 operários, na maioria tecelões, em 1844, que se organizaram com metas, objetivos e regras para criação de uma cooperativa, buscando melhores condições para seus associados, respeitando costumes e tradições.

“Os objetivos principais das organizações cooperativas estão voltados à geração de melhores condições de trabalho ou de consumo dos atores sociais envolvidos, ao

aumento de sua renda e a ampliação do autodesenvolvimento de seus membros” (GEHLEN E MOCELIN, 2009, p. 43).

“A cooperativa configura-se como uma das alternativas de organização da sociedade, pois representa a possibilidade de superação das dificuldades em torno das necessidades e objetivos comuns a uma determinada classe social” (GEHLEN E MOCELIN, 2009, p. 43).

Segundo Soares e Balliana (2009, p. 17), “o cooperativismo, que tem por princípio o mutualismo, é a forma de associação na qual grupos sociais constituem relação de trabalho organizada, de que decorrem benefícios mútuos”. Ainda para os mesmos autores, a cooperativa busca proporcionar a geração de empregos e renda, envolve as pessoas no convívio social e na gestão da organização.

A cooperativa, enquanto forma de organização socioeconômica de administração autogestionada, busca trazer soluções para a geração de empregos e a redistribuição de renda. Esses grupos sociais oferecem alternativas econômicas para as famílias envolvidas, como também propiciam espaço de relacionamento social. Na cooperativa, o exercício da autogestão desenvolve os potenciais das pessoas na organização social e nas relações de solidariedade (GEHLEN E MOCELIN, 2009, p. 43).

As cooperativas são regulamentadas no Brasil através de leis e possuem características de um modelo com forma social, pois um grupo de pessoas trabalha ou desenvolve uma sociedade em prol de todos. A cooperativa é definida no Brasil segundo Gehlen e Mocelin (2009, p. 88) como:

Uma sociedade de, no mínimo, 20 pessoas, com personalidade jurídica regulada pela Lei n. 5764/71; associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.

São características da sociedade cooperativa conforme o código civil, lei nº10.406 de 10 de janeiro de 2002, art.1.094:

Variabilidade, ou dispensa do capital social; concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, limitação de número máximo; limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar; intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança; quorum, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado; direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, qualquer que seja o valor de sua participação; distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado; indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

“Existem em torno de 700 mil cooperativas em todo o mundo” (COTRIM, 2009, p.43), gerando organização, empregos e renda para milhares de pessoas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2013) as cooperativas estão presente em mais de 100 países e dividem-se em 13 diferentes ramos de atuação sendo eles Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infraestrutura; Mineral; Produção; Saúde; Turismo e Lazer; e Transporte.

Desde associações de pequeno porte até contratos milionários em escala global, as cooperativas operam em todos os setores da economia. Contam com mais de 800 milhões de associados e garantem 100 milhões de empregos no mundo – 20% a mais do que as empresas multinacionais. Em 2008, as 300 maiores cooperativas do mundo movimentaram cerca de um trilhão de dólar, valor três vezes superior ao PIB (Produto Interno Bruto) argentino daquele ano, por exemplo (ONU, 2013).

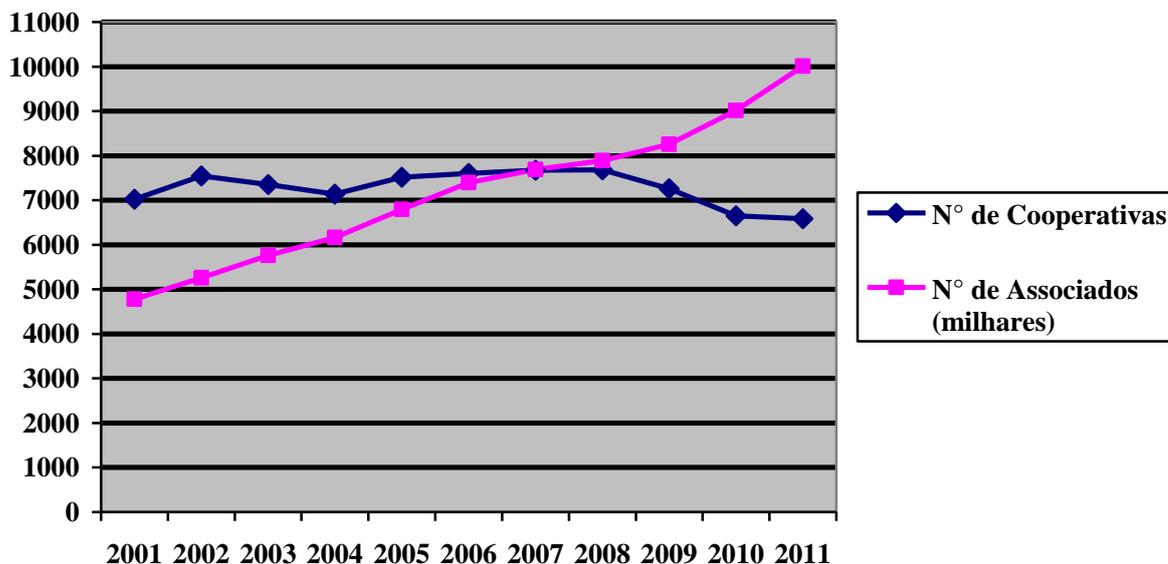
Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito, historiadores defendem que o cooperativismo chegou ao Brasil pelas mãos dos jesuítas nas suas missões ao sul do país, com trabalhos coletivos de bem-estar comum por volta do ano de 1610.

Porém, o movimento cooperativista surge com a fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná, em 1847, pelo francês Jean Murice Faivre. Mas, segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito, somente em 1887 surgiu à primeira cooperativa no Brasil denominada Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas/SP.

Segundo a OCB (2012), em 2011 o número de cooperativas registradas no Sistema OCB era de 6.586, representando um decréscimo de 1% em relação a 2010.

Apesar dessa redução, o ano foi marcado por um aumento de 11% no total de cooperados, ultrapassando o patamar dos 10 milhões (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do número de cooperativas e associados do Sistema OCB de 2001 a 2011.



Fonte: Autor com base nos dados OCB (2012).

Localmente as cooperativas desenvolvem ações que são de necessidades particulares de cada comunidade. Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 69) “as cooperativas estão conseguindo manter os empregos nas pequenas comunidades e ofertar serviços mais adequados às necessidades locais”.

Dentre os diversos ramos de atuação o cooperativismo de crédito é responsável por facilitar o acesso das pessoas a movimentações financeiras e desenvolve um papel importante no desenvolvimento das comunidades locais.

1.3.1 - COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito (2013), no Brasil o cooperativismo de crédito iniciou em Nova Petrópolis/RS, no ano de 1.902 por

iniciativa do padre suíço Theodor Amstad que em conjunto de outras 19 pessoas fundaram a 1º Cooperativa de Crédito da América Latina.

O cooperativismo de crédito teve grande crescimento em todo país, em diferentes estruturas.

Em junho de 2008, o sistema cooperativo de crédito no Brasil encontrava-se estruturado com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e outro comercial, cinco confederações, uma federação, 38 cooperativas centrais e 1.423 cooperativas singulares, com 4.044 pontos de atendimento, somando mais de três milhões de associado. Dentre as singulares, 152 eram de livre admissão de associados, 74 eram de empresários, 386 eram de crédito rural e 881 eram dos demais tipos (PINHEIRO, 2008, p. 13).

Tal ramo busca desenvolver a questão do acesso de pessoas a quase todos os tipos de serviços financeiros estabelecidos pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) regulamentado pelo Banco Central do Brasil.

Até 1971, a regulamentação cooperativista sofreu intensas mudanças, com destaque para a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que, ao disciplinar o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) atribuiu ao Banco Central do Brasil (BACEN) competência para supervisionar as instituições financeiras, entre elas, as cooperativas de crédito. Com a edição da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como Lei Cooperativa, iniciou-se processo de mais estabilidade, pois as cooperativas passaram a contar com proteção de um código específico e completo que estabelece a Política Nacional do Cooperativismo (SOARES e BALLIANA, 2009, p. 18).

O cooperativismo de crédito está constituído em três níveis no Brasil dentre eles as cooperativas singulares, cooperativas centrais e confederações.

No primeiro, atuam as cooperativas singulares, prestando serviço diretamente aos associados; no segundo, atuam as cooperativas centrais, organizando, em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas, a fim de integrar e orientar suas atividades, bem como facilitar o uso recíproco dos serviços; e no terceiro, atuam as confederações, que orientam e coordenam as atividades das cooperativas centrais (SOARES e BALLIANA, 2009, p. 17).

Ainda segundo Soares e Balliana (2009, p. 17), “o cooperativismo de crédito se caracteriza por promover acesso a serviços financeiros e intermediação de recursos privados, assumindo riscos correspondentes e gerando benefícios a comunidade”.

Sendo assim, a cooperativa de crédito pode ser constituída por cidadãos, e por eles administrado, promovendo a sustentabilidade local, principalmente na formação de poupanças, promovendo geração de empregos e distribuição de renda.

“O cooperativismo de crédito constitui-se em uma sociedade de pessoas, diferentemente de uma sociedade de capital. Nele os cooperados participam com uma parcela de capital, sendo que todos têm o mesmo direito de participar das decisões com poder de voto, havendo um grande comprometimento com propostas que promovam o crescimento e o bem-estar das pessoas” (RISSON, 2009, p. 10).

As cooperativas de crédito atuam localmente, onde muitas vezes as pessoas à margem da sociedade não são atendidas pelos serviços bancários, ou ainda o acesso seja feito de forma mais simples e flexível com a realidade.

Ampliar o acesso ao crédito, tornando-o mais fácil, rápido e menos burocrático; mais barato e com melhores condições de encargos e taxas; permitindo o acesso aos serviços financeiros pela população mais pobre. Facilitando o acesso aos serviços financeiros e localidades onde não existe ou são deficientes. Assim, contribuindo para a redução das taxas de juros nos financiamentos (BITTENCOURT, 2009, apud FLACH, 2010, p 118).

Segundo Risson (2010), do ponto de vista do marco regulatório¹, observaram-se avanços nos últimos anos. O estado brasileiro e seus órgãos reguladores assumiram o papel de buscar uma evolução da participação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Entretanto, para Soares e Balliana (2009), apesar dos incentivos dados pela legislação, o segmento cooperativista continua com baixa representatividade junto ao Sistema Financeiro Nacional.

¹Se refere à resolução 3859, de 27/05/2010 que altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Muitas cooperativas de crédito enfrentam problemas de liquidez e solvência, às vezes administradas por dirigentes com posicionamento pessoal, falta de participação dos associados da cooperativa e ferramentas de controle de gestão na cooperativa.

Na utilização das práticas de governança como elementos de controle organizacional, há muitos aspectos a serem aperfeiçoados. Como exemplo, citamos a necessidade de participação efetiva dos principais atores envolvidos, cooperados, conselheiros de administração, diretores não executivos e conselheiros fiscais, na fiscalização e no acompanhamento dos atos de gestão dos dirigentes executivos (SOARES e BALLIANA, 2009, p.28).

Segundo Risson (2009, p. 10), a participação, mais do que um direito é uma obrigação. Somente com o compromisso consciente de cada cooperado, atuando de forma efetiva, é que se geram condições para o projeto do cooperativismo prosperar.

Assim como nos demais ramos de cooperativas, no cooperativismo de crédito é fundamental a participação dos associados, atuando de forma recíproca nas suas movimentações financeiras, mas fundamentalmente participando com sugestões, opiniões nas assembleias gerais.

1.3.2 - COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO

O cooperativismo de crédito solidário é conhecido pela ação mútua dos associados, onde ao mesmo tempo são sócios de uma propriedade coletiva e possuem o dever e direito individual, sendo a gestão formada pelos próprios associados.

Na economia solidária não deve existir competitividade entre os mercados, havendo um trabalho coletivo. Nesse modo a sociedade deve trabalhar em conjunto onde todos os setores e as atividades necessitam um do outro para evoluir.

“A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrário entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 1).

Na economia solidária a cooperação na sociedade esta presente através da união e compromisso de cada um com a propriedade, ao mesmo tempo, mantendo a particularidade dos envolvidos. Segundo Singer (2002, p. 2) a economia solidária é aquela “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e do direito a liberdade individual”.

Segundo o Portal Brasil (2013), as atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável. São exemplos de empreendimentos econômicos solidários: cooperativas, associações, grupos de produção e clubes de trocas que realizam atividades de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidários.

Segundo o Portal Brasil (2013) o mapeamento divulgado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2007 apontou a existência de 22 mil empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Um novo levantamento está sendo concluído e os dados preliminares indicam que o número subiu para 30 mil organizações coletivas. Um dos exemplos a ser citado é as cooperativas que trabalham com a economia solidária.

“Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos” (SINGER, 2002, p 2).

Segundo Singer (2002) a principal diferença entre economia capitalista e solidária é o modo como às empresas são administradas. A capitalista aplica a gestão hierárquica e a solidária se administra democraticamente, ou seja, prática a autogestão.

O processo de decisão democrático, o sistema de autogestão e a estrutura coletiva caracterizam as cooperativas como empreendimentos econômicos solidários. No cooperativismo de Economia Solidária a gestão realizada pelos próprios associados é considerada a uma autogestão.

No final do século XIX, por exemplo, Karl Marx defendia a “Associação dos produtores livres e iguais”, declarava-se favorável às cooperativas de produção, organizadas em escala nacional. E, não menos fundamental, proclamou a frase que viria a se tornar o “Lema da Autogestão”: “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (NASCIMENTO, 2004, p. 1).

Atuando de forma coletiva a autogestão está presente no cooperativismo através de assembleias e reuniões onde o associado, mesmo de modo coletivo, decide os caminhos a serem seguidos pela cooperativa.

A autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da economia solidária, no sentido dos trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história (NASCIMENTO, 2004, p. 1).

Nascimento (2004) se refere à Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa em maio de 1978, ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgido durante a Revolução dos Cravos (1974), assim definindo a autogestão:

A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Singer (2000, apud NASCIMENTO, 2004, p. 3), fez referência à disputa ocorrida na revolução soviética entre os partidários da “planificação centralizada” pelo Estado e os defensores da autogestão. Com a derrota desta última alternativa, abriu-se o

caminho para as experiências do chamado “socialismo real”, caracterizadas pelo planejamento geral e pela concentração do poder.

A outra via, a do “socialismo como autogestão”, se expressava através da “ruptura com a ditadura do capital nas empresas e sua substituição pela gestão coletiva dos meios de produção exercida pelos produtores livremente associados. Essas idéias inspiraram os defensores das “cooperativas de produção autogestionárias”, das quais Rochdale, fundada em 1844, foi a pioneira (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

As cooperativas de crédito solidário possuem como base alguns princípios, como a gestão democrática, autogestão e distribuição de sobras ou perdas onde é necessário participação e entendimento da responsabilidade de decisões. Conforme Flach (2010, p. 128), “para que esses princípios se fortaleçam, é necessária a criação de mecanismos que estimulem e qualifiquem a participação dos cooperados, ampliando a sua representatividade nas decisões e na condução das cooperativas”.

No cooperativismo a gestão é democrática, pois os associados podem exercer decisão sobre a atuação da mesma. A assembleia é o principal espaço de decisão nas cooperativas, os associados tem igualdade de voto, ou seja, um associado, um voto, independente do capital social subscrito por eles.

A autogestão “se refere ao controle da cooperativa por seus associados, procurando ressaltar que as decisões, os encaminhamentos, o patrimônio e a direção de uma cooperativa são de sua responsabilidade. O envolvimento dos associados é essencial para democratizar o processo dessa participação depende a gestão da cooperativa, afinal, são eles que devem eleger representantes – capacitados e comprometidos com a solidez da instituição – para o conselho de administração e fiscal” (KLEIN, 2010, p. 138).

A autogestão através da participação desenvolve a reflexão dos associados em relação a sua cooperativa e proporciona a auto reflexão. Para Klein (2010, p. 141),

a participação dos associados na cooperativa de crédito deve ser estimulada, criando-se ambientes e instrumentos que permitam o dialogo, principalmente com os objetivos de desenvolver o senso de propriedade e capacidade de influenciar os rumos da instituição.

A Cresol faz parte do Cooperativismo de Economia Solidária onde a relação entre as singulares e os associados ligados ao sistema Cresol Central SC/RS estão envolvidos na conquista mútua no que envolve o acesso a recursos, mas, por outro lado, na responsabilidade em conjunto de cumprirem com as obrigações.

Segundo a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar Solidária – ANCOSOL (2008) que possui como afiliadas a ASCOOP, CREDITAG, CREHNOR, CRESOL BASER, CRESOL CENTRAL SC/RS, ECOSOL e INTEGRAR, a associação é composta por 198 cooperativas, 206.006 associados, com total de ativos R\$ 998.597.233,34 e com um capital social de R\$ 124.541.621,73.

1.3.3 - A CRESOL CENTRAL SC/RS

O sistema Cresol surgiu em 1993 com a criação das primeiras Cooperativas de Crédito Rurais (Credis) em Seara, Quilombo e Curitibanos no Oeste de Santa Catarina, influenciadas pelas dificuldades dos agricultores familiares ao acesso ao crédito. Em 1995, através dos fundos rotativos e das cooperativas de crédito criadas por ONG's, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e movimentos sociais de Santa Catarina e do Paraná, agricultores familiares criaram o Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, denominado Cresol (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

A Cresol é um sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que surgiu para oferecer além do crédito e desenvolvimento, inclusão social aos associados (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013). Atualmente, o sistema Cresol é constituído por duas Centrais, uma denominada Cresol Baser que atua com maior ênfase nos estados do Paraná e Santa Catarina, a outra denominada Cresol Central SC/RS atuando em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Conforme o Estatuto Social da Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária Cresol Central SC/RS:

A cooperativa Central de Crédito com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS, constituída em 1º de novembro de 2004, é uma instituição financeira, sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à

falência. Rege-se pelo disposto nas Leis n.º. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 4.595 de 31 de dezembro de 1964, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Com sede em Chapecó – Santa Catarina, a Cresol Central SC/RS atua em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (figura1), com 62 cooperativas singulares afiliadas, 121 Unidades de Atendimento Cooperativo (UAC's) e 8 Bases Regionais de Serviços (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

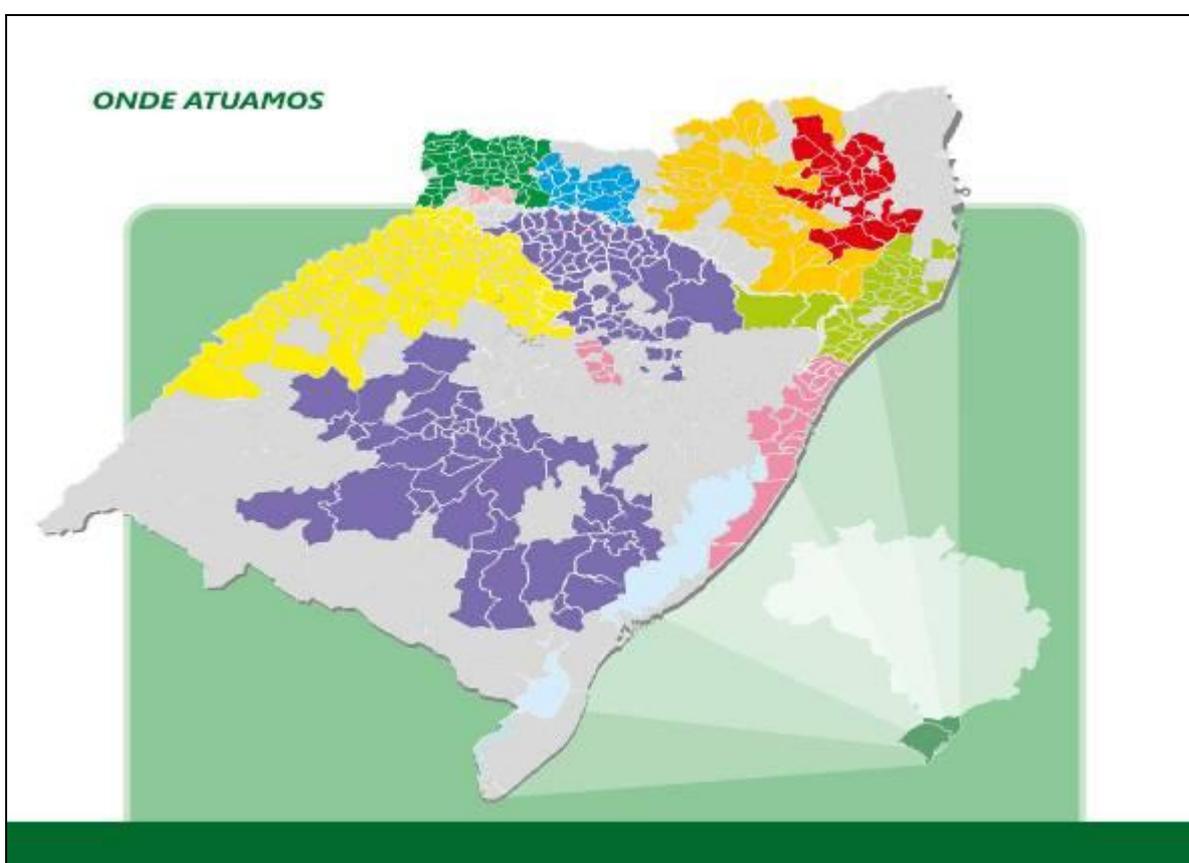


Figura1 - Mapa de atuação Cresol Central SC/RS.
Fonte: Cresol Central SC/RS.

Considerando os dados de março de 2013 a Cresol Central SC/RS possui em seu patrimônio de referência o valor de R\$ 189.050.032,75 com um quadro de 135.345 associados, oportuniza emprego para mais de 1.100 colaboradores atuando em quase 500 municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A missão da Cresol Central SC/RS é fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativas através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento visando o desenvolvimento local sustentável (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

Os princípios da Cresol Central SC/RS são compostos por: Democracia; Articulação com os movimentos populares; Gestão pelos próprios agricultores familiares; Transparência; Solidariedade e cooperação; Sustentabilidade Institucional; Descentralização e Honestidade (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

Os principais produtos e serviços oferecidos pela Cresol Central SC/RS incluem conta corrente, depósito à vista, depósito a prazo cooperativo, talão de cheques, financiamentos rurais, empréstimos pessoais (microcrédito), seguros, consórcios, recebimento de benefícios e pagamento de títulos (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2013).

1.4 – A CRESOL TIRADENTES DO SUL

Após varias reuniões realizadas entre agricultores familiares, tendo o Sindicato dos Agricultores na Agricultura Familiar como instituição de maior representatividade na organização dos debates pela necessidade de mais uma cooperativa de crédito no município, foi inaugurado em uma sala de 18 m² cedida pelo Sindicato, como pode ser observado na figura 2, um Posto de Atendimento da Cresol Tenente Portela singular do sistema Cresol Central SC/RS, surgindo assim a primeira representação da Cresol no município de Tiradentes do Sul em outubro de 2005.



Figura 2 - Porta a direita com acesso sala cedida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Arquivo Cresol Tiradentes do Sul, 2013.

Os trabalhos foram iniciados com uma colaboradora que era responsável por todas as atividades do Posto de Atendimento Cresol Tiradentes do Sul. Com o aumento do número de associados e patrimônio, houve a contratação de mais um colaborador.

No primeiro semestre de 2006 foi realizado e encaminhado projeto de viabilidade ao Banco Central do Brasil para constituição de uma nova Cooperativa de Crédito do sistema Cresol Central SC/RS em Tiradentes do Sul –RS.

Dessa forma, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a constituição de mais uma singular da Cresol Central SC/RS, sendo ela a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tiradentes do Sul – Cresol Tiradentes do Sul, constituída em Assembleia no dia 18 de outubro de 2006 com a presença de 59 associados com este propósito.

Constituiu-se então uma diretoria e foi encaminhado toda a documentação para registro da nova cooperativa aos órgãos responsáveis, ao mesmo tempo iniciavam-se os convênios dessa nova singular pela Cresol Central SC/RS junto aos órgãos financeiros como Banco do Brasil agencia de Três Passos para compensação bancária e repasse de recursos das linhas do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF e

convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para repasse de recursos.

Em março de 2007, o Banco Central do Brasil aprovou a documentação referente à Assembleia realizada em outubro de 2006, juntamente com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Cresol Tiradentes do Sul. Assim, em 30 de junho de 2007 foi feito o desmembramento da Cresol Tenente Portela, onde a partir de então, Cresol Tiradentes do sul iniciou a operar como cooperativa singular.

Ao alcançar em torno de 600 associados e com o aumento de serviços prestados pela Cresol Tiradentes do Sul, que na sua maioria eram compostos pelos repasses dos convênios para as linhas de PRONAF em financiamento de lavouras e investimento nas atividades agropecuárias, houve a necessidade de um espaço maior para o atendimento aos associados. Então, em 2008 foi alugada uma sala com espaço de 90 m² na Avenida Tiradentes, 1106, Centro, Tiradentes do Sul – RS, conforme Figura 3.



Figura 3 - Espaço alugado de 90 m², na Av. Tiradentes, 1106.

Fonte: Arquivo Cresol Tiradentes do Sul, 2013.

Em 2010, a Cresol Tiradentes do Sul se encontrava com seis colaboradores e cerca de 1.200 associados, período em que houve o aumento expressivo de serviços prestados, onde além do repasse de recursos dos convênios, iniciou-se a demanda por outros serviços como recursos próprios, seguros, compensação de títulos, implantação de cartão, etc. Époça que também houve um grande avanço na abertura de um Posto de Atendimento no município de Esperança do Sul –RS.

Em novembro de 2010, a Cresol Tiradentes do Sul novamente mudou de endereço, passando para o atual na Avenida Tiradentes, 1356, Centro, Tiradentes do Sul com amplo espaço para atendimento, com sala de reuniões, espaço para o Conselho de Administração, gestão e arquivo de documentos totalizando 234m², conforme Figura 4.



Figura 4 - Atual instalação da Cresol Tiradentes do Sul.
Fonte: Autor, 2013.

Com a área de abrangência sendo os municípios de Tiradentes do Sul, Esperança do Sul, Derrubadas, Três Passos e Crissiumal, em maio de 2012, a Cresol Tiradentes do Sul realizou a abertura de mais um Posto de Atendimento, desta vez no município de Crissiumal – RS para assim conseguir atender melhor toda a área de abrangência.

Com dados de março de 2013, a Cresol Tiradentes do Sul conta com um quadro de quinze colaboradores, 1.924 associados e um patrimônio de referência no valor de R\$ 1.589.381,77. O atual Conselho de Administração é composto pelo Diretor Presidente Egon Konig, Diretor Vice – Presidente Jair Paulo Mayer, Secretária Valdete Inês Konrath e seis conselheiros administrativos. O conselho fiscal é constituído por três conselheiros fiscais e três conselheiros fiscais suplentes.

A Cresol Tiradentes do Sul segue as mesmas diretrizes da Cresol Central SC/RS, nos quesitos objetivos, missão e princípios realizando trabalhos locais junto aos associados agricultores familiares e instituições parceiras, mantendo o foco no cooperativismo da sociedade.

2 – REGIÃO DO ESTUDO.

2.1 - HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

O município de Tiradentes do Sul fica localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, região conhecida também como celeiro do estado, devido à quantidade de produção agrícola desenvolvida, sendo essa a maior fonte de renda nos vinte um municípios que a compõem.

Inicialmente a região era composta por um sistema agrário indígena e caboclo onde a fonte de alimentação era proveniente da caça, pesca e coleta, o sistema de produção rudimentar era praticado através da queimada e derrubada das florestas.

Mais tarde o sistema agrário colonial foi praticando queimadas em maiores proporções em meio à mata e rios com água limpa, as terras foram sendo definidas em pequenos lotes, sendo utilizados instrumentos com tração animal evoluindo um novo sistema de produção e criação de subsistência.

Houve grande aumento de população com a vinda dos colonizadores, na maioria descendente de alemães e italianos das colônias velhas nos anos 60 e 70. Momento em que a região cresceu, assim como as propriedades rurais com a implantação de pacotes tecnológicos, utilização de máquinas agrícolas, surgimento de novas genéticas de animais e plantas, utilização de insumos químicos, manejo de culturas com agrotóxicos, etc., elevaram o nível de produção em toda a região.

Vários fatores contribuíram para o sucesso inicial da modernização da agricultura na Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, entre eles, a fartura de solos férteis, o clima favorável à produção de soja, a regularidade das chuvas e a disposição dos colonizadores alemães e italianos ao trabalho (MOTTER & WIZNIEWSKI, 2010, p. 32).

A plantação voltada à soja, trigo e milho aconteceu através de retirada das matas existentes aproveitando as árvores maiores e queimando o restante. Com a implantação de um grande abatedouro iniciou-se a criação de suínos “tipo banha” em pequena quantidade e familiar pulverizada na região, que hoje foram substituídos por suínos “tipo carne” produzidos em grandes galpões em parceria com abatedouros. A

bovinocultura de leite atividade manual e de pequenos rebanhos tratados a pasto também cresceu e a cada dia aumentam os plantéis e as tecnologias empregadas.

As instalações de Cooperativas agropecuárias COTRICAMPO e COTRIMAIO para atender a logística acompanharam o processo de desenvolvimento, assim como as de crédito SICREDI e mais tarde CRESOL, para atender a necessidade dos agricultores que buscam o acesso ao crédito.

A agricultura familiar predomina a região desde o tempo da colonização sendo que cada município, local ou propriedade possui suas características e particularidades. Porém, o êxodo rural e a ausência de sucessores familiares na agricultura é um dos grandes problemas da região, onde políticas de incentivo a permanência dos agricultores no campo não estão sendo o suficiente para reverter o quadro atual de abandono, principalmente de pequenos proprietários dominados pelos mais capitalizados.

A perspectiva de convivência em um espaço interétnico, marcou profundamente a experiência de ocupação e colonização da região noroeste. Este foi o primeiro “enfrentamento” ocorrido entre a atividade agrícola e a paisagem natural, pois, as atividades agrárias têm se mostrado, em várias situações, incompatíveis com a preservação do meio ambiente. Esse modo de produção agrícola das últimas décadas, baseado na monocultura e no emprego de métodos de produção originados de tecnologias avançadas, vem alcançando o sucesso econômico aliado à depredação ambiental e exclusão social dos pequenos trabalhadores rurais (MANTELLI & CANABARRO, 2009, p. 14).

As atividades agropecuárias desenvolvidas nos dias atuais na região são visíveis na paisagem e são causadoras de inúmeras agressões ao meio ambiente como o assoreamento de rios pela falta de matas e o cultivo intensivo principalmente da monocultura; contaminação de águas através de dejetos de animais e a aplicação de agrotóxicos; rios sem matas ciliares em desacordo as leis ambientais; exploração do solo com a monocultura e as pastagens degradadas; etc.

Por outro lado, uma visão produtiva nós leva a uma paisagem de crescimento com plantações, criações, galpões, maquinas agrícolas, etc. “A apropriação e o uso da paisagem, isto é, sua funcionalidade pode ser observada e distinguida através das transformações devidas ao trabalho e as técnicas utilizadas; a paisagem, portanto, é também um produto social” (VERDUM & FONTOURA, 2009, p. 14).

Dentre as características da região predomina o solo do tipo latossolo, onde atualmente a exploração e o manejo estão comprometidos, tendo em vista a pouca camada de proteção com áreas bastante exploradas pela agropecuária, onde a erosão é fácil encontrada.

O relevo da região é de planalto, com ondulações (topo), características do Planalto Meridional com pequenas elevações e pequenas planícies, na região mais junto à divisa com a Argentina existem encostas (cerro) com declividade acentuada e levemente ondulada (EMATER/RS - ASCAR, 2013).

O clima na região é subtropical úmido com ocorrência de chuvas bem distribuídas somando a precipitação pluviométrica de cerca de 1.700 mm anuais, com temperaturas que podem chegar a 34 graus nos meses mais quentes e a menos de zero nos meses mais frios período em que a ocorrência de geadas (CLIMA, 2013).

A região fica localizada em uma área originária da mata atlântica com grandes árvores como Ipê, Canela, Angico, Guajuvira, Canafistula, etc. com alguns pontos de arbustos e campos nativos. Atualmente as áreas de paisagem natural são pequenas com algumas matas nativas exploradas, o processo artificial da paisagem está bem avançado (açudes, lavouras, pastagens, mata de eucalipto, etc.) sendo as terras bastante exploradas e a degradação e erosão do solo se torna visível (EMATER/RS - ASCAR, 2013).

Localizada na bacia do Rio Uruguai a região celeiro possui as sub-bacias do rio Buricá, Quarita, Turvo e Lajeado Grande, no subsolo encontra-se o aquífero Guarani. Segundo informações junto a Prefeitura Municipal de Tiradentes do Sul (2013), a região possui diversos rios, sangas, grande quantidade de fontes e nascentes proporcionando uma grande riqueza em água, entretanto em períodos de secas enfrenta escassez desse líquido fundamental, muitas vezes por pleno descaso do homem com a natureza.

Atualmente a região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser de pequenos estabelecimentos rurais principalmente nos municípios mais na fronteira com a Argentina, predomina a criação da bovinocultura leiteira e em sistema integrado com empresa a suinocultura, além do plantio de grãos que por muitos anos dominou a agricultura da região e é praticada mais nos relevos de planalto ondulado com solo argiloso.

A produção leiteira proporciona uma injeção de recursos mensais na propriedade, atividade esta que possui mercado local, nacional, estadual e tem possibilidade de expansão para o mercado externo.

O cultivo de grãos como soja, milho e trigo movimentam o mercado regional através de aquisição de insumos, máquinas agrícolas, logística, assim como abastecendo a demanda local estadual e nacional, sendo no caso da soja o mercado internacional.

Na agricultura familiar além da produção agropecuária vem se desenvolvendo as agroindústrias familiares, porém, com exceção de alguns municípios, a maioria possui pequeno fluxo econômico nas agroindústrias familiares que abrangem na sua maioria o mercado local.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à agregação de valor obtida com a oferta de produtos mais sofisticados em canais de comercialização e mercados diferentes dos tradicionais (MIOR, 2005, apud RÉVILLION, 2009, p. 28).

Com o incentivo de programas governamentais priorizando a compra de produtos oriundos de agroindústrias familiares os municípios através de técnicos vêm organizando agricultores para atender esta demanda, com inúmeras agroindústrias, cooperativas e associações voltadas para este fim, onde, alguns municípios ainda estão dando os primeiros passos, na região se destaca Associação Pacto Fonte Nova do município de Crissiumal pela organização e quantidade de agroindústrias familiares associadas.

Além da agricultura a região possui diversos comércios, se destaca na produção de confecções possuindo inúmeras pequenas fábricas, esta no caminho de ligação internacional com a Argentina. No turismo além de inúmeras opções, se destaca o parque estadual do Turvo com belas paisagens naturais e com a maior queda longitudinal d'água do mundo oriundas do rio Uruguai.

2.2 – MUNICÍPIO DO ESTUDO

Segundo informações junto a Prefeitura Municipal de Tiradentes do Sul (2013), o município de Tiradentes do Sul - RS foi criado pela Lei nº 9.625 de 20 de março de

1992, pelo Governador do Estado Alceu de Deus Collares e constituído município dia 1º de Janeiro de 1993, desmembrado do município mãe que é Três Passos.

Tiradentes do Sul localiza-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Celeiro (Figura 5), distante por via rodoviária 498 km da Capital do Estado.

Possui limites ao Norte com a República da Argentina através do rio Uruguai e com o município de Esperança do Sul; ao Sul com o município de Crissiumal; ao Leste com o Município de Três Passos e ao Oeste com a República da Argentina através do rio Uruguai e com o município de Crissiumal.

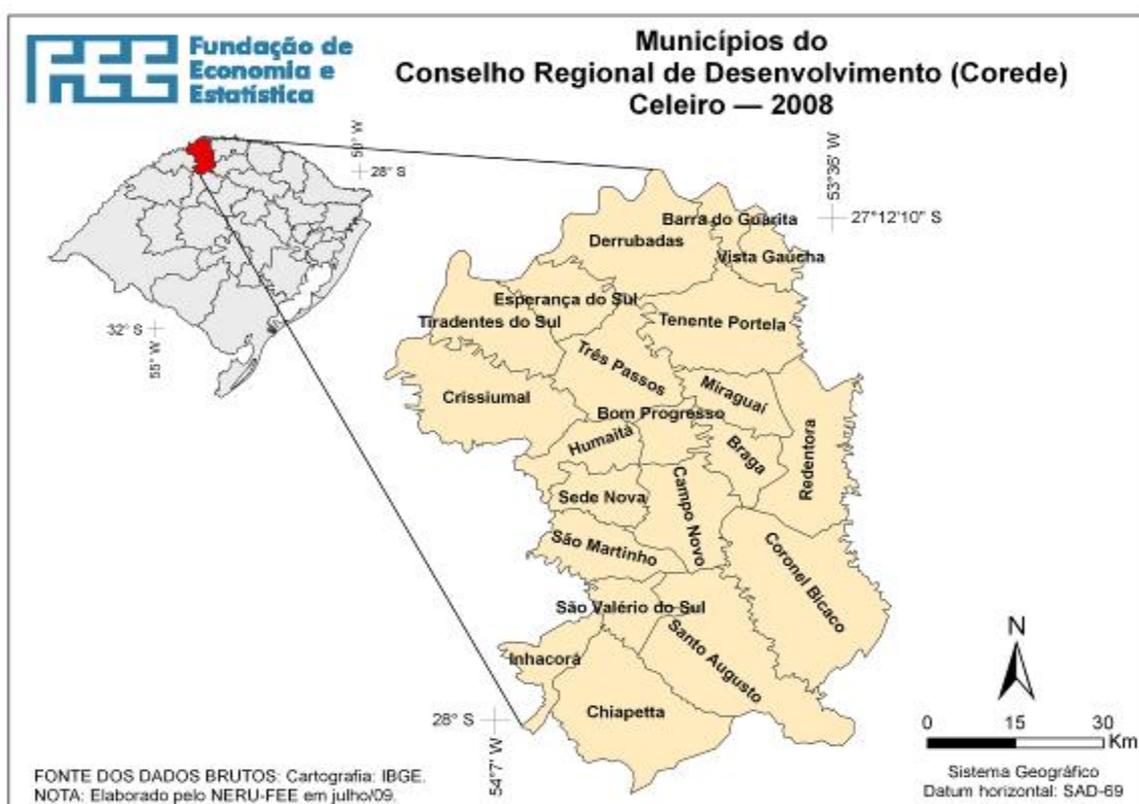


Figura 5 - Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Celeiro.
Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2013.

Tiradentes do Sul possui uma área de 234,48 km² (IBGE, 2010). A população do município é de 6.461 habitantes (IBGE, 2010) sendo bem distribuída na faixa etária e por sexo (quadro 1), da mesma forma como na maioria dos municípios da região é formada por descendentes alemães, italianos e caboclos.

Quadro 1 - População do município de Tiradentes do Sul – RS, faixa etária por sexo.

IDADE	HOMEMS	MULHERS	TOTAL
0 A 19 ANOS	919	897	1816
20 A 39 ANOS	733	708	1441
40 A 59 ANOS	979	957	1936
60 A 79 ANOS	637	631	1268
TOTAL	3.268	3.193	6.461

Fonte: Autor com base nos dados da FEE, 2010.

Com poucas indústrias as principais instituições no município de Tiradentes do Sul – RS, além da prefeitura, é basicamente a existência de quatro cooperativas sendo duas no ramo agropecuário e duas de crédito. Segundo informações junto ao Sindicato da Agricultura Familiar (2013), onde o levantamento de números de sócios nos leva a crer que a grande maioria da população do município é associada em uma ou mais cooperativas, não importando o nível social, identidade sócio cultural ou sócio profissional, étnica, ou que participe ou não de outras organizações ou movimentos sociais. Estas cooperativas facilitam a logística agrícola e o acesso ao crédito.

Conforme a Fundação de Economia e Estatística – FEE (2010) economicamente o município de Tiradentes do Sul possui o maior valor agregado bruto no setor de serviços, seguido de perto pela agropecuária e posteriormente pela administração pública e indústria, totalizando em 2010 o valor agregado bruto em R\$71.899.623,00, gerando R\$ 2.147.159,00 em impostos, PIB de R\$ 74.046.782,00 e PIB per capita de R\$ 11.461,00 (quadro 2).

Quadro 2 - PIB, PIB per capita e Valor Agregado Bruto de setores do município de Tiradentes do Sul – RS (R\$).

ANO	Agro.	Indústria	Serviços	Adm. Pub.	Total	Impostos	PIB	PIB per cap.
1999	11.537.428	1.365.012	13.373.704	5.911.667	26.276.144	736.061	27.012.205	3.282
2002	16.651.786	2.062.971	15.800.672	6.971.892	34.515.429	1.130.604	35.646.033	5.055
2005	18.614.261	2.778.542	20.029.237	9.119.924	41.422.040	1.664.834	43.086.874	6.601
2008	25.970.215	3.541.552	27.568.664	13.462.527	57.080.431	1.687.089	58.767.520	8.343
2010	28.012.127	6.882.869	37.004.627	18.827.610	71.899.623	2.147.159	74.046.782	11.461
Total 1999-2010	241.653.330	35.655.224	259.291.064	119.495.715	536.599.618	17.749.941	554.349.559	80.618

Fonte: Autor com base nos dados da FEE, 2010.

Em 2010, a bovinocultura de leite se tornou a principal atividade agropecuária desenvolvida no município, superando a soja pela primeira vez. Em 2012 o leite foi responsável por 33,59% da produção agropecuária seguido da soja por 22,87%, venda de bovinos 20,11%, trigo 6,37, suíno 5,03%, milho 4,71 %, e outros produtos somam 7,32% (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES DO SUL, 2013).

Na agropecuária, o município de Tiradentes do Sul-RS é constituído basicamente por agricultores familiares, onde segundo a EMATER/Ascar local (2013) o município em 2012 era constituído por 1.463 famílias com atividade agropecuária, destas 1.404 denominadas agricultores familiares.

Os agricultores familiares em Tiradentes do Sul possuem organizada uma entidade sindical chamada Sindicato da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul ligado a Fetraf – Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul). Segundo representante do Sindicato da Agricultura Familiar (2013), a entidade possui 936 associados em dia com suas anuidades.

Em 2010, foi fundada a Cooperativa da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul -COOPAF-SUL, que tem como objetivo organizar os pequenos agricultores familiares através da produção de alimentos para a venda local.

Segundo informações junto a Prefeitura municipal de Tiradentes do Sul (2013), existem diversos comércios locais e prestadores de serviços que se estruturam em torno da agricultura familiar e uma pequena associação chamada Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Esquina Limeira, além de, quatro projetos de agroindústrias existentes onde duas estão em funcionamento.

Importante corredor internacional para o MERCOSUL mesmo com a rodovia asfaltada a travessia de balsa em Tiradentes do Sul é possível apenas para carros de passeio o que limita o comércio e o turismo internacional neste contexto.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados aqui apresentados são oriundos das investigações e entrevistas semi-estruturadas feitas com vinte e dois associados da Cresol Tiradentes do Sul, divididos em três grupos conforme seu grau de reciprocidade apresentado na metodologia deste trabalho.

Como o próprio trabalho apresenta, todos os associados entrevistados fazem parte da agricultura familiar do município de Tiradentes do Sul. Além disso, foram levados em consideração os conceitos aqui apresentados, características da região celeiro, características do município de Tiradentes do Sul, e da Cresol para dar embasamento ao trabalho.

As entrevistas foram realizadas com associados da Cresol Tiradentes do Sul, que foram selecionados e separados em grupos conforme seu grau de reciprocidade apresentados em relatórios pelos colaboradores da cooperativa. De modo geral, com algumas exceções, as entrevistas foram realizadas na propriedade do associado.

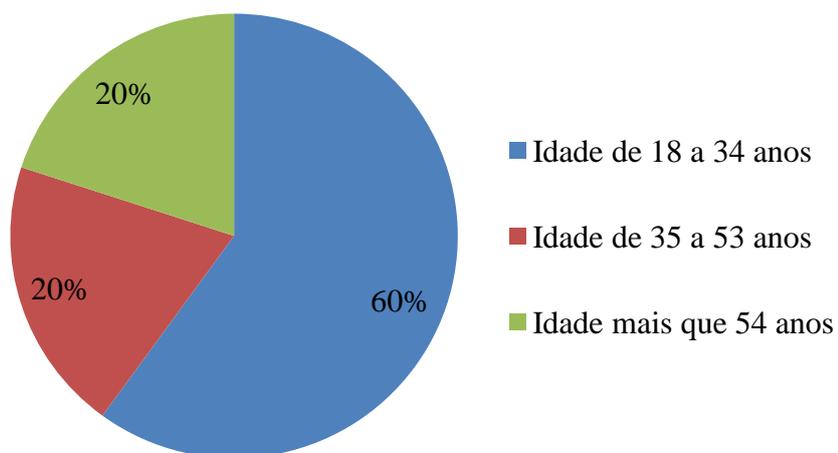
Além da análise das movimentações financeiras junto a Cresol o principal fator de reciprocidade considerado foi à quantidade de empréstimos e financiamentos realizados no período de 2012. Assim sendo, o associado que realizou mais de três operações de crédito naquele período foi enquadrado no grupo A, aquele que efetuou até três operações de crédito no grupo B e aquele que realizou uma operação ou nenhuma como grupo C.

3.1 - CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Seguindo um roteiro pré-estabelecido primeiramente foi pesquisada a idade dos participantes da pesquisa. Foi levado em consideração três faixas de idade, de 18 a 34 anos, de 35 a 53 anos e mais que 54 anos.

No grupo A (Gráfico 2), os associados da faixa de idade entre 18 a 34 anos somam 60% dos associados entrevistados, a faixa de idade entre 35 a 53 anos somam 20%, da mesma forma os associados com mais de 54 anos somam 20% dos entrevistados.

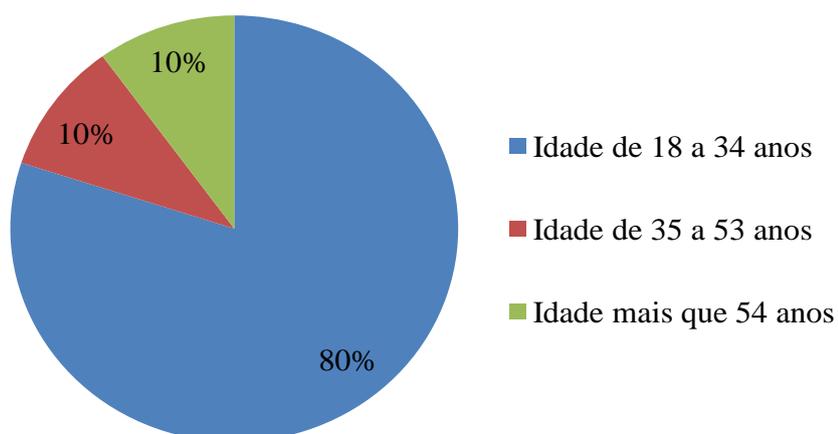
Gráfico 2 - Idade dos associados do grupo A.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo B (Gráfico 3), os associados da faixa de idade entre 18 a 34 anos somam 80% dos associados entrevistados, entre 35 a 53 anos somam 10%, da mesma forma os associados com mais de 54 anos somam 10% dos entrevistados.

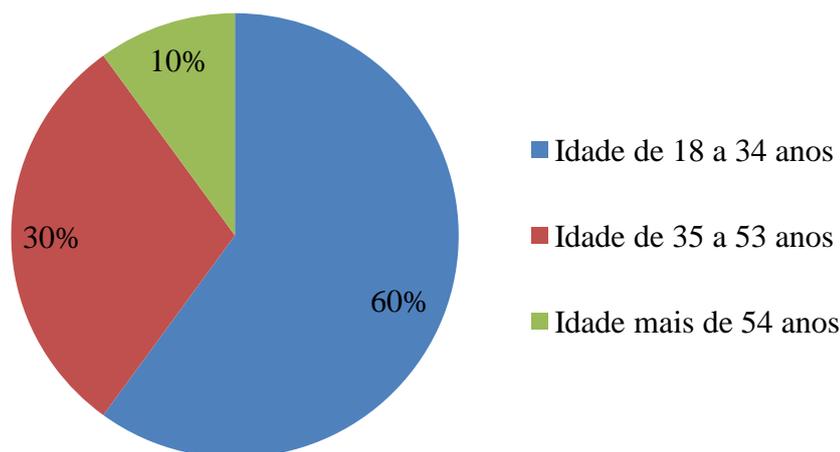
Gráfico 3 - Idade dos associados do grupo B.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo C (Gráfico 4), os associados da faixa de idade entre 18 a 34 anos somam 60% dos associados entrevistados, entre 35 a 53 anos somam 30%, e os associados com mais de 54 anos somam 10% dos entrevistados.

Gráfico 4 - Idade dos associados do grupo C.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

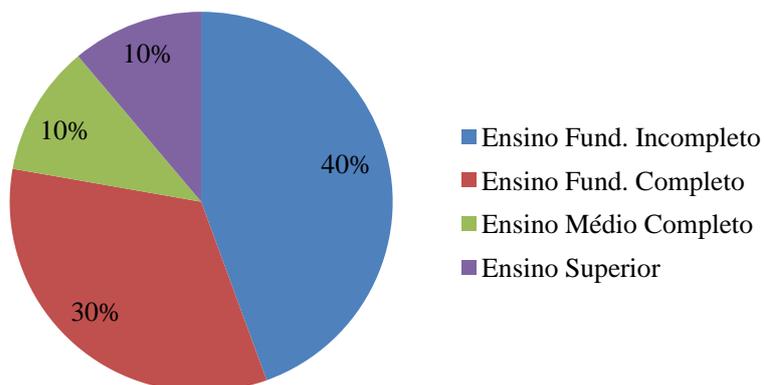
Ao relacionar os três grupos a maioria dos associados possui faixa de idade entre 18 e 34 anos de idade, seguido pelos de 35 a 53 anos de idade. Levando em consideração a fonte do FEE (2010), onde a população do município é 6.461 habitantes e dentre estes mais de 50% estão entre a faixa dos 20 a 59 anos, considera-se estar de acordo com a entrevista realizada.

No segundo momento para saber o nível de instrução do associado foi pesquisado o grau de escolaridade dos entrevistados, os mesmos foram divididos conforme estrutura organizacional do ensino no Brasil, sendo o ensino fundamental com nove séries, posteriormente mais três anos considerado ensino médio e mais a frente ensino superior.

No grupo A (Gráfico 5), os associados que possuem o ensino fundamental incompleto somam 40% dos associados entrevistados, os que possuem ensino

fundamental completo somam 30%, os que possuem o ensino médio somam 10%, da mesma forma como os que possuem ensino superior 10%.

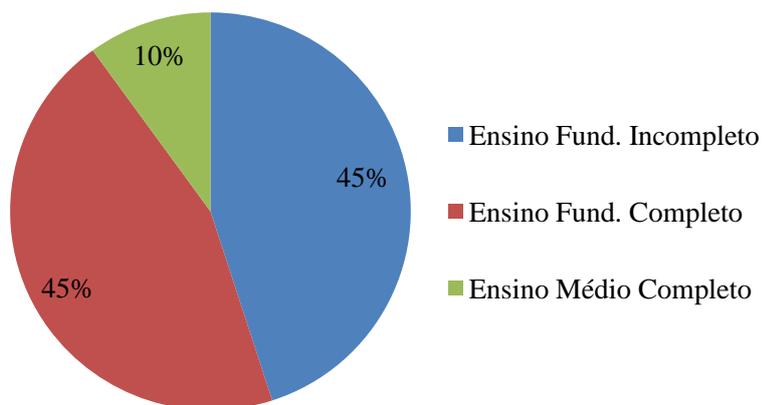
Gráfico 5 - Nível de instrução grupo A.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo B (Gráfico 6), os associados que possuem o ensino fundamental incompleto somam 45% dos entrevistados, da mesma forma os que possuem ensino fundamental completo somam 45%, os que possuem de ensino médio somam 10%, não havendo entrevistado com ensino superior.

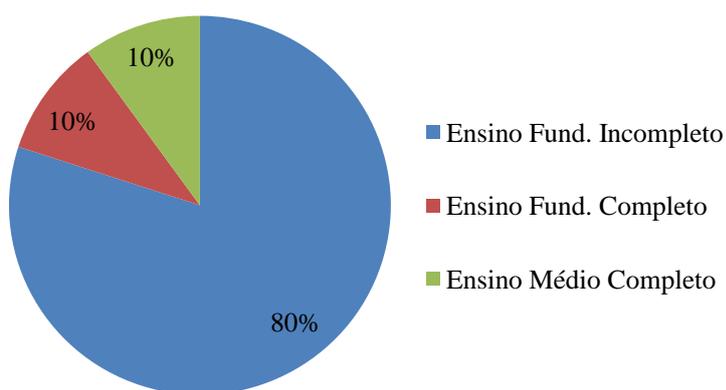
Gráfico 6 - Nível de instrução grupo B.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo C (Gráfico 7), os associados que possuem o ensino fundamental incompleto somam 80% dos associados entrevistados, os que possuem ensino fundamental completo somam 10%, assim como os que possuem o ensino médio 10%, não havendo entrevistado com ensino superior.

Gráfico 7 - Nível de instrução grupo C.



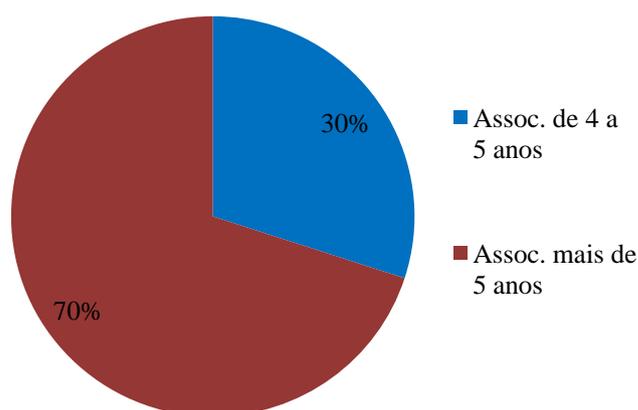
Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

Levando em consideração os três grupos, percebemos que o nível de instrução é baixo entre os associados, sendo que a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto, seguido pelo ensino fundamental completo. Isto ocorre devido ao modelo desenvolvimentista implantado por muitas décadas no Brasil tendo como base a ideologia do crescimento da minoria da população rural e que não incluía a agricultura familiar, tendo reflexo na educação no campo.

Outro ponto pesquisado entre os três grupos de reciprocidade, leva em consideração o tempo em que o entrevistado é associado da Cresol.

No grupo A (Gráfico 8) dos entrevistado 70% são associados da Cresol a mais de 5 anos e 30% são associados entre 4 e 5 anos.

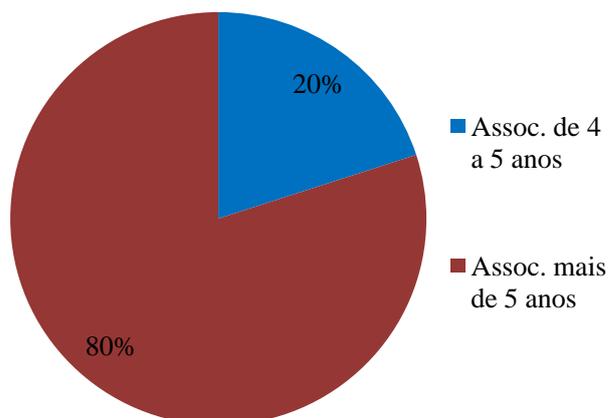
Gráfico 8 - Tempo de associação grupo A.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo B (Gráfico 9) dos entrevistado 80% são associados da Cresol a mais de 5 anos e 20% são associados entre 4 e 5 anos.

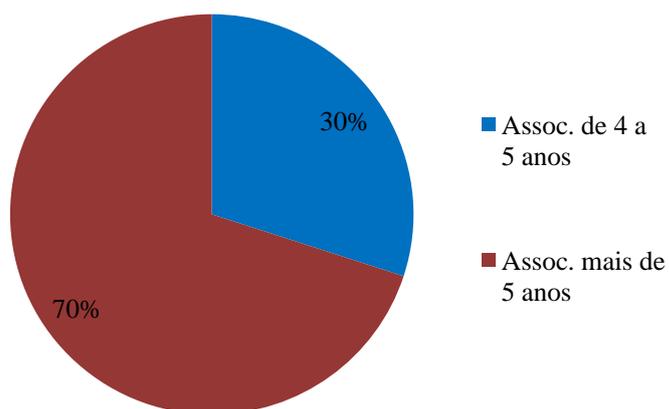
Gráfico 9 - Tempo de associação do grupo B



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo C (Gráfico 10) dos entrevistado 70% são associados da Cresol a mais de 5 anos e 30% são associados entre 4 e 5 anos.

Gráfico 10 - Tempo de associação grupo C.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

A Cresol está presente no município de Tiradentes do Sul a quase 8 anos, entre os grupos de reciprocidade a maioria dos entrevistados são participantes do sistema Cresol a mais de 5 anos.

O tempo de associação é em torno de seis anos, onde são encontrados jovens que possuem na Cresol a sua primeira movimentação financeira, dos associados mais antigos alguns são fundadores da Cresol Tiradentes do Sul com oito anos de associação.

O sistema Cresol surgiu para facilitar o acesso ao crédito e esta relacionado ao modelo político implantado para desenvolver a agricultura familiar, grande potencial na economia brasileira, e foi através de programas como o PRONAF que muitos associados realizaram sua primeira e importante movimentação financeira.

3.2 - O ASSOCIADO E A CRESOL, CAPACIDADE DE COMPREENSÃO

Naturalmente cada associado da Cresol possui seu motivo particular por ter decidido em se associar a cooperativa. Quando questionado o motivo pelo qual o associado procurou fazer parte da Cresol foram relatados diversos motivos, onde as situações mais citadas ficam em torno da necessidade de acesso ao crédito. Segundo o associado do Grupo B, seu interesse surgiu “para poder financiar minha lavoura e fazer investimento”.

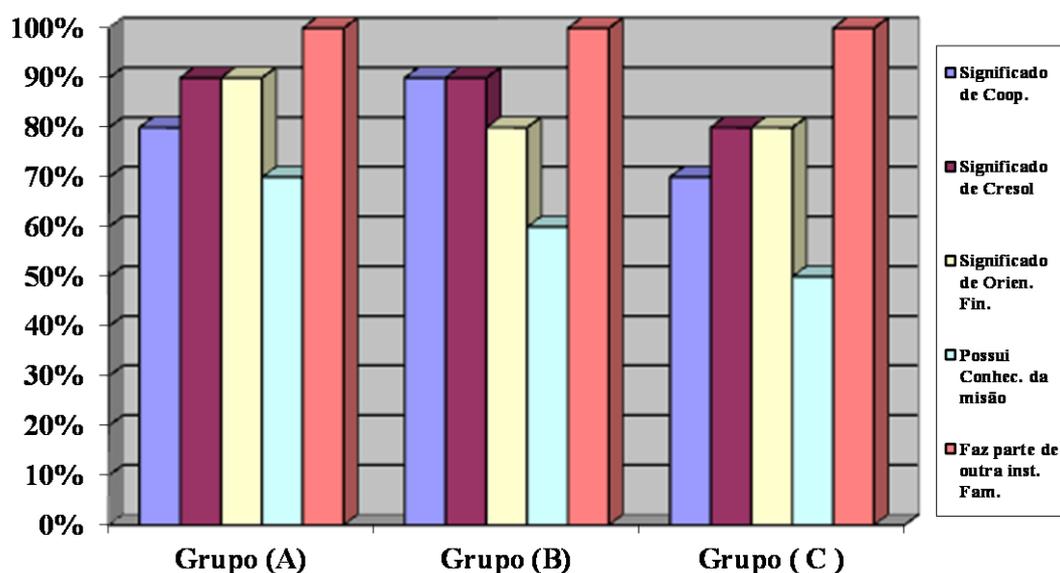
Muitos associados relatam acreditarem em um novo modelo de cooperativismo com menos taxas administrativas e burocracia, a valorização da comunidade local, facilidade de acesso e o sentimento de familiaridade com as pessoas que estão à frente da cooperativa. Para o associado do Grupo A, esse interesse se dá pela “vantagem por ser uma cooperativa e mais próximo da minha casa”.

O cooperativismo de crédito amplia o acesso a recursos financeiros, proporcionando facilidades para os associados, isto ocorre por existir maiores laços de familiaridade entre a oferta de crédito e a necessidade do associado, além de proporcionar acesso a serviços financeiros mais próximos de suas casas.

Através das entrevistas, foi identificado quais são as percepções e compreensões que os associados da Cresol possuem em relação ao significado de cooperação, cooperativa, cooperativismo, Cresol e orientação financeira com base nos conceitos

elaborados neste trabalho. No gráfico 11, são apresentados os resultados dos três grupos de associados conforme sua reciprocidade e a relação que estes possuem entre eles. Além disso, é apresentado o resultado dos associados em relação à participação dos mesmos em outra instituição da agricultura familiar no município e se possuem conhecimento que uma das missões da Cresol e a orientação financeira.

Gráfico 11 - Compreensão dos associados em relação aos conceitos.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

Um ponto que deve ser levado em consideração, quando se fala de conhecimento dos associados quanto aos conceitos de cooperação, cooperativa, cooperativismo, orientação financeira e demais perguntas realizadas é o grau de instrução dos associados apresentado acima, que naturalmente respondem as questões de forma empírica.

Se analisarmos o grupo (A), que é constituído pelos associados que obtiveram mais de três tipos de acesso a crédito em 2012 na Cresol Tiradentes do Sul, ele nos revela que 80% dos associados possuem alguma compreensão em relação a cooperação, cooperativa e cooperativismo; 90% possuem uma opinião convincente sobre o significado da Cresol; da mesma forma 90% possuem conhecimento sobre orientação

financeira; 70% sabem que a orientação financeira é uma das missões da Cresol; e 100% fazem parte de outra instituição ligada a agricultura familiar.

Ao analisarmos o grupo (B), que é constituído por aqueles associados que obtiveram até três tipos de acesso a crédito no ano de 2012 na Cresol de Tiradentes do Sul, ele nos revela que 90% dos associados possuem alguma compreensão em relação a cooperação, cooperativa e cooperativismo; da mesma forma 90% possuem uma opinião convincente sobre o significado da Cresol; 80% possuem o conhecimento sobre orientação financeira; 60% sabem que a orientação financeira é uma das missões da Cresol; e 100% fazem parte de outra instituição ligada a agricultura familiar.

Ao analisarmos o grupo (C), que é constituído por aqueles associados que obtiveram um ou nenhum tipos de acesso a crédito no ano de 2012 na Cresol de Tiradentes do Sul, ele nos revela que 70% dos associados possuem alguma compreensão em relação a cooperação, cooperativa e cooperativismo; 80% possuem uma opinião convincente sobre o significado da Cresol; 80% possuem o conhecimento sobre orientação financeira; 50% sabem que a orientação financeira é uma das missões da Cresol; e 100% fazem parte de outra instituição ligada a agricultura familiar.

Ao analisarmos os três grupos em conjunto descobriu-se que os associados possuem compreensão em relação à cooperação, cooperativa e o cooperativismo; Cresol; e Orientação Financeira variando os índices entre 70% e 90%. Em relação ao conhecimento da missão da Cresol o grupo (A) possui maior compreensão chegando a 70% e caindo para 60% no grupo (B) e a 50% no grupo (C). Destacam-se com 100% dos associados fazendo parte de outra instituição ligada a agricultura familiar e confirmam que através dela surge o principal apoio para a constituição da Cresol em Tiradentes do Sul.

Logo, percebe-se que, em sua maioria, os associados possuem conhecimento sobre os temas questionados, respondendo de forma simples e com o conhecimento empírico que possuem. Segundo entendimento do associado do Grupo A, “cooperação... Varias pessoas se juntam visando um objetivo comum... Cooperativa, instrumento que une um grupo de pessoas... Cooperativismo são meios de organização”.

O tema cooperativismo está bastante presente entre os associados entrevistados, onde como revela a pesquisa, a maioria da população é associada a uma cooperativa no município, dessa forma, ocorrem diversas reuniões e assembleias localmente. Segundo entendimento do associado do Grupo B, cooperativismo é quando ocorre “uma troca

entre os associados e a cooperativa... Um grupo de associados, família... Algo que é melhor e mais fácil”.

Porém, em alguns entrevistados principalmente do grupo C, a distinção dos significados de cooperação, cooperativa e cooperativismo, estava um pouco confusa não havendo firmeza nas respostas. O associado do Grupo C diz que “isso é tudo a mesma coisa, é tipo Cresol ou Sicredi trabalha, Cotrimaio também”.

Quando os associados são questionados sobre o sistema Cresol, as respostas são positivas, principalmente entre os que acessam as linhas do PRONAF, onde possuem na Cresol um elo de ligação, principalmente no que abrange os programas do Governo Federal voltados para a agricultura familiar.

Percebemos que as ações do Estado frente ao desenvolvimento rural está presente entre os associados e além de oferecer oportunidades de investimentos na atividade agropecuária auxilia na formação de opiniões dos agricultores familiares em relação aos temas pesquisados.

É através dos programas federais que muitos agricultores familiares possuem acesso a recursos financeiros, e quando isto ocorre em uma cooperativa de crédito inicia-se um novo processo de formação e de cooperação entre os atores sociais os tornando solidários entre si.

Todos os associados entrevistados fazem parte do Sindicato da Agricultura Familiar e enfatizam que através desta instituição surgiu a Cresol Tiradentes do Sul. Muitos associados trabalhavam de alguma forma em outras instituições financeiras como Banco do Brasil e Sicredi. Porém, a partir da associação na Cresol aumenta o fluxo de participação do associado em movimentações financeiras. O associado do Grupo B conta que “trabalhava com o Banco do Brasil, fazia o “pronaquinho”, ia lá duas vezes no ano, não que nem na Cresol que venho todo mês, isso é porque o leiteiro paga na conta da Cresol”.

Na sua maioria os associados não possuem dificuldade no acesso aos créditos e aos depósitos na Cresol, atendendo assim as suas necessidades. Percebe-se, fazendo um comparativo entre os que acessavam o sistema financeiro antes da criação da Cresol em Tiradentes do Sul e hoje, houve um aumento de serviços acessados considerável, dentre eles créditos, pagamento de contas, seguro, poupança e demais serviços relatados.

Cada associado entrevistado acessa os serviços conforme a sua necessidade, onde os mais lembrados são os custeio e investimentos nas linhas de PRONAF e depósitos em contas aplicação.

3.3 - PERCEPÇÕES DOS ASSOCIADOS SOBRE A ORIENTAÇÃO FINANCEIRA E O ATENDIMENTO DA CRESOL

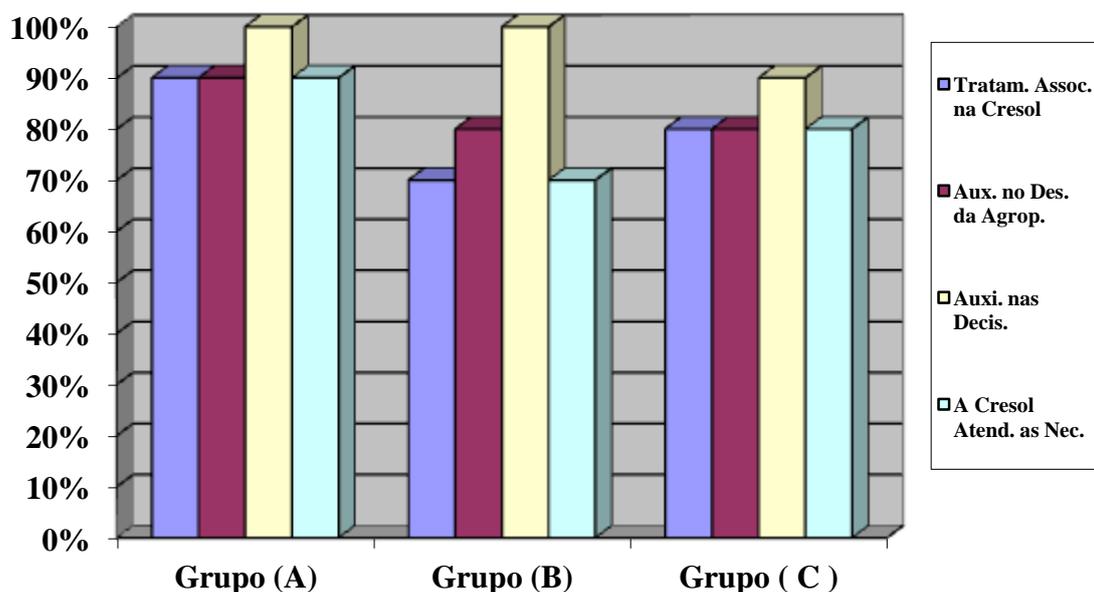
A orientação financeira aqui estudada é entendida como aquela que, de alguma forma, auxilia a pessoa a decidir qual a melhor forma para aplicar os recursos que possui ou recursos que ele busca junto à instituição financeira.

O trabalho buscou analisar a percepção em relação à orientação financeira na produção agropecuária no município de Tiradentes do Sul – RS a partir dos associados da Cresol, procurando identificar os processos vivenciados pela cooperativa quanto a orientação financeira e se esta disponibilizada interfere no sucesso financeiro e produtivo dos associados.

A educação e orientação financeira é uma das missões da Cresol, sendo assim pressupõem-se que ela esta presente em todos os associados da cooperativa a partir do momento de sua associação.

O gráfico 12 apresenta o resultado das entrevistas em relação ao tratamento dos associados na Cresol, se a orientação financeira auxilia no desenvolvimento das atividades agropecuárias, auxilia nas tomadas de decisão e se a cooperativa atende as necessidades dos sócios.

Gráfico 12 - Tratamento dos associados na Cresol, relação da orientação auxilia na atividades agropecuárias.



Fonte: Dados originados da pesquisa de campo.

No grupo (A) 90% dos associados relataram possuírem um atendimento diferenciado e positivo na Cooperativa; 90% responderam que orientação financeira auxilia no desenvolvimento das atividades agropecuárias; 100% responderem que a orientação financeira auxilia nas suas decisões; e 90% responderam que a Cresol atende as necessidades dos associados.

No grupo (B), 70% dos associados relataram possuírem um atendimento diferenciado e positivo na Cooperativa; 80% responderam que orientação financeira auxilia no desenvolvimento das atividades agropecuárias; 100% responderem que a orientação financeira auxilia nas suas decisões; e 70% responderam que a Cresol atende as suas necessidades.

No grupo (C), 80% dos associados relataram possuírem um atendimento diferenciado e positivo na Cooperativa; 80% responderam que orientação financeira auxilia no desenvolvimento das atividades agropecuárias; 90% responderem que a orientação financeira auxilia nas suas decisões; e 80% responderam que a Cresol atende as necessidades dos associados.

Ao analisarmos os três grupos em conjunto percebemos que o Grupo (B) possui o menor índice em relação ao tratamento diferenciado na Cresol com 70%, que no grupo (A) é de 90% e no grupo (C) é de 80%. Percebemos dessa forma que, mesmo não sendo na sua totalidade existe um bom relacionamento entre a cooperativa e o associado, havendo um nível de praticidade maior em relação ao atendimento aos cooperados, respeitando assim seus costumes e tradições.

No que envolve o apoio da orientação financeira no desenvolvimento da agropecuária no município os três grupos possuem um bom entendimento, relatando que auxilia nas atividades desenvolvidas, variando de 80% a 90%. Da mesma forma os três grupos variando de 90% a 100% respondem que a orientação financeira auxilia na tomada de decisões.

A orientação financeira elaborada de forma clara pelo colaborador vem ao encontro das dificuldades existentes nos agricultores familiares, muitas das necessidades dos agricultores ocorrem devido à falta de acesso e oportunidades aos estudos e especialização na área econômica, reflexo da falta de investimentos no setor da agricultura familiar no passado.

Quando questionados se a Cresol atende as necessidades dos associados, no grupo (A) 90% responderam que sim, 70% no grupo (B) e 80% no grupo (C), percebem-se que o tratamento é diferenciado e atende as necessidades dos sócios, o grupo (B) possui o menor índice.

Os associados do grupo A e B possuem conhecimento, com algumas pequenas exceções, sobre orientação financeira e que está é uma das missões da Cresol. No grupo C o índice de compreensão sobre a orientação financeira e da missão da Cresol diminui chegando a 50% entre os entrevistados.

Onde a orientação financeira acontece, sempre é levado em consideração a opinião de ambos, associado e orientador financeiro, são através da troca de ideias que chegam a acordos que auxiliam na tomada de decisões dos associados, permitindo a continuidade das atividades tradicionais dos associados, conforme fala do associado do Grupo B “Na orientação financeira ocorre à opinião de ambos”.

A relação entre o orientador financeiro e associado ocorre de forma igualitária e vem ao encontro da democratização entre extensionista e agricultor havendo uma construção de conhecimento em conjunto, enquadrado na realidade local.

Esta orientação, segundo os associados entrevistados, auxilia no aumento da produção na agropecuária e auxilia as tomadas de decisões quando planejam realizar algum tipo de investimento. “A visão de pessoas diferentes com ideias auxilia...a orientação ajuda a decidir sim” conforme relata associado do Grupo B. Segundo associado do Grupo A, “com clareza e boa informação ajuda a melhorar a produção na roça”. Lógico, é preciso que cada qual faça sua parte para o desenvolvimento de um projeto.

Os relatos levam a uma orientação financeira que ocorre de diversas formas, podendo em alguns casos ocorrer na propriedade do associado, mas normalmente no balcão de atendimento. Para o associado Grupo C, “essas troca de ideias, conversas com os funcionários, na Cresol contribuem para melhorias”.

As ferramentas utilizadas na orientação financeira variam de acordo as necessidades dos associados, que podem ser através de simples cálculos feitos para projeções de pagamentos de alguns empréstimos, e mais complexos através de projetos técnicos de viabilidade de investimento.

Foram elencadas algumas deficiências na orientação financeira, onde a necessidade de acompanhamento mais presente foi apontada. De acordo com o associado do Grupo B, “podia ter alguém próprio para isso, assim que acompanhava direto, calculava todo mês”.

Para os associados, a orientação financeira deve começar sempre que é elaborado um projeto de investimento ou financiamento, com isso previnem-se futuros problemas de inadimplência que podem ocorrer pela falta de informação.

Os itens mais pautados em um planejamento ou investimento feito pelos associados é o retorno financeiro, condições de pagamento, viabilidade do negócio onde a orientação financeira melhora a tomada de decisões dos associados e deve acontecer de forma clara e objetiva.

Entre os associados onde a orientação financeira está presente, a mesma ocorre de forma participativa, e possibilita a diversificação da produção na agropecuária desenvolvendo práticas do cotidiano dos agricultores familiares. Esta prática consiste naquilo em que a agricultura familiar se destaca com uma produção de alimentos com qualidade e grande variedade de produtos, atendendo as expectativas ambientais, estando inserida socialmente e auxiliando a manter a soberania alimentar do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No município de Tiradentes do Sul, a economia gira em torno da prestação de serviços e da agricultura familiar que através da produção da bovinocultura do leite, produção de soja e venda de bovinos movimentam a economia local. O cooperativismo está presente há décadas e auxilia no desenvolvimento local através da logística nas cooperativas de produção e financeiro nas de crédito.

Presente com quase dois mil associados, a cooperativa de crédito Cresol em Tiradentes do Sul iniciou os trabalhos a partir de 2005 com a instalação de um Posto de Atendimento através da Cresol Tenente Portela, hoje ela conta com três locais de atendimento, sendo a singular em Tiradentes do Sul e os Postos de Atendimento em Esperança do Sul e Crissiumal.

Os associados da Cresol são, na sua maioria, pequenos agricultores familiares que através da cooperativa de crédito fazem suas movimentações financeiras, dentre estas as principais se configuram nos depósitos, saques, aplicações, empréstimos e financiamentos que visam principalmente as linhas de PRONAF do Governo Federal, através de custeios de lavouras e pecuário e investimentos de máquinas e equipamentos das mais diversas utilidades.

Os programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar se fazem necessários devido à importância do setor e o longo período de estagnação da produção agropecuária nas pequenas propriedades. Como as leituras revelam, os agricultores familiares são responsáveis por cerca de 70% da produção de alimentos no Brasil.

As movimentações financeiras devem ser realizadas de forma consciente e planejadas, pois os recursos mais acessados são as linhas disponibilizadas pelo Governo Federal que vão ao encontro do desenvolvimento dos agricultores familiares.

Dentre diversas linhas de atuação a educação e orientação financeira da cooperativa de crédito Cresol estão presentes em grande parte dos associados. O trabalho buscou identificar a percepção que os associados da Cresol possuem em relação à orientação financeira na produção agropecuária.

Através da orientação financeira disponibilizada aos associados, existe a possibilidade de o agricultor familiar obter sucesso nas atividades agropecuárias, garantindo a permanência da família no campo. Além disso, o sucesso econômico dos

agricultores familiares auxilia o desenvolvimento de todos os demais setores da economia local, pois são estes os principais recursos que circulam no comércio do município.

As entrevistas nos revelam que onde a orientação financeira está presente ela auxilia em diversos aspectos os associados, sendo na tomada de decisões, em futuros projetos, na tranquilidade de diversificar a produção na agropecuária, proporcionando sucesso financeiro através da troca de ideias com outras pessoas e buscando o desenvolvimento rural.

Esse diálogo entre agricultor e orientador financeiro faz toda a diferença na hora de tomar uma decisão, pois com orientação financeira ele passa não só a aplicar melhor o seu recurso, ou investimento, mas também a planejar o futuro, planejar melhorias dentro de sua atividade, que virão em benefício da família.

A pesquisa também revela que, quando os associados são esclarecidos do significado da orientação financeira, a percepção sobre a importância que ela tem na tomada de decisões e o apoio que ela propõe no sucesso financeiro e produtivo do associado possui grande significância. Partindo dessa premissa, conclui-se que a educação e orientação financeira deve ser disponibilizada para todos os associados e da mesma forma para todos os agricultores familiares.

A cooperativa de crédito pode ajudar no desenvolvimento rural através da orientação financeira tendo um olhar diferenciado sobre o agricultor familiar, auxiliando não só no acesso, mas também na construção de um projeto de permanência e continuidade da propriedade, transformando o meio rural num lugar melhor para se viver.

A permanência do agricultor familiar na pequena propriedade principalmente dos jovens é um fator de grande relevância para a continuidade do desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios. Esse agricultor somente vai permanecer e dar continuidade nos trabalhos se ele obtiver sucesso nas atividades desenvolvidas com melhor renda, qualidade de vida, conforto e um bom convívio social na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCOSOL. Disponível em: <http://www.ancosol.org.br/>. Acesso em 23/04/2013.

Ano internacional das cooperativas 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>. Acesso em 24/04/2013.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, Aves, Leite e Ovinos. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=290>. Acesso em 17 de abril de 2012.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, Conselho Regionais de Desenvolvimento – COREDES. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>. Acesso em 17 de abril de 2012.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.30, n. 1, p. 35-56. Maio. 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, 14 de agosto de 2005.

CLIMA, Faixas de Precipitação Anual. Disponível em <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/clima.htm#chuva>. Acesso em 17 de abril de 2013.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. Teorias do Desenvolvimento. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. 56 p.

CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino; CECCONELO, Rene organizadores. [et al.]. Agricultura Familiar: caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006. 245p.

CRESOL CENTRAL SC/RS. Disponível em: <http://www.cresolcentral.com.br/>. Acesso em 10/04/2013.

COOPAF – SUL - Cooperativa de Produção da Agricultura familiar, 2012.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tiradentes do Sul – CRESOL TIRADENTES DO SUL – RS, 2013.

Cooperativismo. 2012 Ano Internacional do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.ano2012.coop.br/>. Acesso em 24/04/2013.

COTRICAMPO - Cooperativa Triticola Mista Campo Novo LTDA - Unidade Novo Planalto, Tiradentes do Sul – RS, 2012.

COTRIMAIO - Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai LTDA - Unidade Tiradentes do Sul – RS, 2012.

Economia Solidária. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria/cooperativas>. Acesso:
24/04/2013.

EMATER/RS - ASCAR, Escritório Municipal de Tiradentes do Sul - RS, 2013.

Fundação de Economia e Estatística – FEE. Mapas FEE. Disponível em:
<http://mapasdev.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-celeiro-2008.html>. Acesso em: 29/05/2013.

GEHLEN,IVALDO; MOCELIN, Daniel Gustavo. Organização Social e Movimentos Sociais Rurais. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. 96p.

GERHARDT, Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. 120p.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar- O Brasil Redescoberto. Brasília. Fevereiro. 2000.

Historia do Cooperativismo no Brasil. Disponível em:
<http://cooperativismodecredito.com.br/news/2011/01/a-historia-do-cooperativismo-no-brasil/>. Acesso em: 11/05/2013.

IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 26 de abril de 2013.

KAGEYAMA, Angela. DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho apresentado no I Colóquio Familiar e Desenvolvimento Rural do GEPAD, Porto Alegre. 24 e 25 /11/2005.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. art.1.094. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em:
15/04/2013.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em:
10/04/2013.

MAGRI A. Cledir organizadores... [et al.]. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: reflexões e boas práticas. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 325p.

MANTELLI, Jussara; CANABARRO, Ivo dos Santos. A Organização Cultural do Espaço Agrário no Noroeste do Rio Grande do Sul. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-17.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. Desenvolvimento, Sustentabilidade e agricultura familiar. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=8965>. Acesso em: 15/04/2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciatecnicaextensaorural>. Acesso em: 10/04/2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília. Novembro. 2007.

MOTTER, Adriana Fátima Canova; WIZNIEWSKI, Carmen Rejane Flores. Resgate Histórico da agricultura na região Fronteira Noroeste/Rs: O Caso da Agroindústria kreulich. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 14, n. 3, p 28 – 37. jul./dez. 2010.

NASCIMENTO, Claudio. A AUTO GESTÃO E O “NOVO COOPERATIVISMO”. Brasília, 2004.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estud. av. vol. 15 no. 43. São Paulo. Sept./Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15/04/2013.

OCB SESCOOP. História do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>. Acesso em 08/04/2013.

PIB MUNICIPAL – Série Histórica 1999 - 2010. Fundação de Economia e Estatística – FEE. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesso em: 14/05/2013.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de crédito: histórias normativa no Brasil. 6ed – Brasília: BCB, 2008.

População por município, faixa etária e sexo, 2010 – Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php. Acesso em: 14/05/2013.

Prefeitura Municipal de Tiradentes do Sul – RS, 2013.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. REDES SOCIAIS DE RECIPROCIDADE E DE TRABALHO: AS BASES HISTÓRICO-SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO NA SERRA. Série PGDR – Dissertação n.º. 53. Porto Alegre. 2006.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. NAS TEIAS DA ECONOMIA: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2. P. 249-284, maio/ago. 2007.

RESOLUÇÃO 3859, DE 27/05/2010. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v3_P.pdf. Acesso em: 08/04/2013.

REVILLIÓN, Jean Philippe Palma. Concorrência vertical entre o varejo e a agroindústria. Texto da disciplina DERAD019. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=15216>. Acesso em 26/04/2013.

RISSON, Cláudio; GABRIEL JUNIOR, Egon; PAULI, Jandir. Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito: A Agricultura Familiar em Debate. – Passo Fundo: IMED, 2009. 342p.

SABOURIN, Eric. Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade. Raízes. V.32, n.2, jul-dez/2011.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254p.

_____. A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. SOBER, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo, UAC - Tiradentes do Sul – RS, 2011.

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul – RS, 2013.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOARES, Marden; MELO SOBRINHO, Abelardo. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2ª Edição, revista e ampliada. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.

SOLOS, Classificação dos Solos. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=933>. Acesso em 17 de abril de 2012.

VEIGA, José Eli da. O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento, pp. 243-266. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=8965>. Acesso em: 15/04/2013.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira organizadora... [et al.]. Governança Cooperativa: Diretrizes e Mecanismos para Fortalecimento da Governança em Cooperativas de Crédito. Brasília: BCB, 2009. 256p.

VERDUM, Roberto; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; Temáticas rurais: do local ao regional. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário pesquisa quanti-qualitativa

Esta entrevista esta relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER da UFRGS. Para tanto estão sendo realizadas entrevistas junto aos associados da Cresol Tiradentes do Sul, no município de Tiradentes do Sul – RS, com base no questionário construído por Freitas (2011).

Data da entrevista: ___/___/2013

1- Características do entrevistado

1.1 Entrevistado: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Escolaridade: _____

2- O que você entende por cooperação, cooperativa e por cooperativismo?

3- Há quanto tempo o Sr(a) é associado à Cresol?

- 6 meses a 1 ano 3 a 4 anos 1 a 2 anos 4 a 5 anos
 2 a 3 anos mais: _____ anos

4- O que Cresol significa para você?

5- Porque resolveu se associar à Cresol?

6- O Sr(a) faz parte de alguma outra entidade ligada a agricultura familiar aqui do município? Sim Não

Se Sim, Qual? Há quanto tempo? Essa entidade tem alguma relação com a Cresol hoje?

7- Antes de ser criada a Cresol, que tipo de serviço financeiro o(a) Sr(a) acessava (pegava empréstimo com alguém ou em algum lugar, tinha alguma forma de guardar o dinheiro...)?

8- Que tipo de serviço financeiro o(a) Sr(a) acessa ou já acessou?

- Empréstimo Pró-colheita Crédito Pessoal Pró-insumos
 Poupança Pagamento de contas Recebimento de aposentadoria
 PRONAF Outro, qual? _____

9- O Sr (a) tem conhecimento que uma das missões da Cresol é realizar a educação e orientação financeira de seus associados? () SIM () NÃO

Por que? _____

10- O que, para Sr (a), significa a orientação financeira?

11- Que tipo de orientação financeira Sr (a) recebe?

12- Como acontece e funciona a orientação financeira da Cresol?

13- Quais ferramentas são utilizadas na orientação financeira que Sr (a) recebe?

14- Somente é levada em conta a visão do orientador ou ocorre uma troca de ideias?

15- Grau de reciprocidade de acordo com o acesso:

- Grupo A – mais que três tipos de crédito.
 Grupo B – até três tipos de crédito
 Grupo C – um ou nenhum tipo de crédito

16- Para você a orientação financeira deve iniciar quando?

17- Quando você faz um planejamento ou investimento, o que leva em consideração?

18- Como os cooperados são tratados quando vão à cooperativa pegar empréstimo ou solicitar orientação financeira? (Esse tratamento é diferente do tratamento em um banco, por exemplo?)

Em uma escala de 0 a 10, qual sua nota?

19- Sr (a) considera a Cresol, como cooperativa de crédito solidário, atende as suas necessidades?

Em uma escala de 0 a 10, qual sua nota?

20- Quais são as principais dificuldades e facilidades para acessar o crédito ou depositar um dinheiro na Cresol?

21- O Sr (a) considera que a orientação financeira auxilia no desenvolvimento das atividades agropecuária, seja na aquisição de novos equipamentos ou na solicitação de financiamento da produção? De que forma?

Em uma escala de 0 a 10, qual sua nota?

22- O que é preciso, ou o que você considera, uma ótima orientação financeira?

23- Para você a orientação financeira auxilia na tomada de decisões? De que forma?

24- Alguma sugestão para a melhoria da orientação financeira da Cresol?

25- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre cooperativismo, a Cresol e orientação financeira que não foi perguntado?